

Discurso, lógica e gramática: uma leitura de trabalhos tardios de Michel Pêcheux sobre as construções completivas e infinitivas

Discourse, logic and grammar: a reading of Michel Pêcheux's late works on complement clauses and infinitival constructions

Fábio Ramos Barbosa Filho¹

RESUMO: Este artigo propõe apresentar e discutir dois textos fundamentais e ainda pouco explorados da produção tardia de Michel Pêcheux, ambos publicados postumamente em 1984. Os textos permitem afirmar que, nos últimos anos de sua trajetória intelectual, Pêcheux voltou-se para problemas de gramática e lógica, articulando-os diretamente às questões da interpretação e da enunciação. Discutem-se aqui os principais conceitos mobilizados nesses textos, demonstrando como eles configuram uma contribuição original tanto para a reflexão linguística quanto para a compreensão do estatuto da língua no interior da Análise de Discurso.

PALAVRAS-CHAVE: discurso; lógica; gramática; enunciação.

ABSTRACT: This article aims to present and discuss two fundamental yet still underexplored texts from Michel Pêcheux's late work, both published posthumously in 1984. These texts make it possible to argue that, in the final years of his intellectual trajectory, Pêcheux turned to questions of grammar and logic, articulating them directly with issues of interpretation and enunciation. The article examines the main concepts mobilized in these texts, showing how they constitute an original contribution both to linguistic reflection and to the understanding of the status of language within Discourse Analysis.

KEYWORDS: discourse; logic; grammar; enunciation.

O equívoco é onipresente na língua, porque ela é suscetível de espelhamento, de estabilização, de desvios entre pontos de estabilização e de desestabilização.

Françoise Gadet, Jacqueline Léon e Michel Pêcheux

¹ Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutor em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: barbosa.filho@ufrgs.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0966-4669>.

1 Introdução: Michel Pêcheux e os anos 1980²

Os últimos textos de Michel Pêcheux têm sido frequentemente lidos como marcas de uma inflexão interpretativa que afastaria a Análise de Discurso das exigências de descrição e, sobretudo, de formalização presentes em seus trabalhos iniciais. A hipótese que orienta este artigo vai em outra direção. Longe de significar o abandono dos procedimentos de descrição formal, os textos tardios representam, na verdade, uma radicalização de sua exigência, agora deslocada para aquilo que, na língua, resiste à formalização.³

A meu ver, o interesse desse deslocamento é decisivo, pois impede tanto a leitura de um “último Pêcheux” que concebe a interpretação como prática indiferente à materialidade da língua quanto a sustentação de um formalismo que, por sua vez, seria indiferente à historicidade e ao equívoco. Gadet, Léon e Pêcheux (1984, p. 25) resumem bem esse ponto ao afirmarem que a língua tem “forma”, tem “sentido” e “é falada”.⁴

Essa afirmação tríplice não acrescenta simplesmente propriedades justapostas, mas define, de saída, uma exigência teórica e analítica rigorosa. Se a

2 Deixo meu imenso agradecimento a Mariana Mahlmann Feijó e Lucas Zafalon Garcia, interlocutores fundamentais na construção deste artigo.

3 A produção de Michel Pêcheux na curta década de 1980, interrompida por seu falecimento em 1983, mas prolongada por publicações póstumas de 1984, não deve ser lida como um abandono da formalização e da informática em favor de uma concepção subjetivista ou “hermenêutica” de interpretação. Trata-se, na verdade, de uma *retificação interna* da problemática da Análise de Discurso. A formalização, sem abandonar o problema das regularidades, passa a tomar como objeto também as zonas de instabilidade, equívoco e resistência da língua, o que implica, inclusive, uma redefinição do lugar da paráfrase na construção dos procedimentos heurísticos. A autocrítica da AAD69, apresentada em 1982 na revista *Mots*, não propõe, portanto, a supressão dos procedimentos algorítmicos, mas sua reformulação em uma AAD80, concebida a partir de dois espaços de tratamento: um espaço vertical, relativo à dimensão histórica e interdiscursiva dos enunciados, no qual o léxico passa a ter lugar determinante e a paráfrase lugar relativo; e um espaço horizontal, relativo ao “fio do discurso” e à sequencialização das formulações (Pêcheux *et al.*, 1982). Do mesmo modo, os trabalhos sobre o software DEREDEC mostram que a análise informatizada permanece central, agora como uma “estratégia de descrição textual” capaz de articular descrição linguística, descrição discursiva e exploração textual sem reduzir o texto a um conjunto (ou domínios) de sentenças (Lecomte; Léon; Marandin, 1984). É nesse quadro que devem ser compreendidos os textos sobre as completivas e infinitivas. Neles, Pêcheux, Gadet e Léon deslocam a exigência formal para o ponto em que a descrição sintática deve ser confrontada com a enunciação e com o funcionamento discursivo. A referência tardia ao equívoco, ao real da língua e à instabilidade das formas não corresponde, portanto, a uma “dissolução hermenêutica” dos procedimentos de análise, mas a uma radicalização de sua exigência: descrever formalmente não apenas as regularidades estabilizadas, mas também os pontos em que a língua faz falhar a evidência do sentido gramaticalmente estabilizado.

4 Todas as traduções de citações extraídas de textos em francês são de minha autoria.

língua tem forma, uma análise (seja ela linguística ou discursiva) não poderia prescindir da descrição gramatical das diferenças semânticas. Se ela tem sentido, essas diferenças não poderiam ser tratadas como simples “efeitos de superfície” sem consequência para os processos de significação. Se ela é falada, essas diferenças só se deixariam apreender e descrever no funcionamento enunciativo e discursivo que as desloca, desestabiliza e expõe ao equívoco. É por isso que nos textos de 1984 a descrição gramatical só adquire alcance teórico quando leva em conta, *simultaneamente*, o caráter formal dos fatos de língua, a produção do sentido e o funcionamento da língua na enunciação.

É nesse arranjo de questões que se inscreve a leitura conjunta do “Matériel en vue de l'article ‘Complétives, Infinitifs, Infinitives’” (Pêcheux, 1984) e de “Remarques sur la stabilité d’une construction linguistique. La complétive” (Gadet; Léon; Pêcheux, 1984), textos que gostaria de discutir neste artigo. Ambos tomam por objeto um campo gramatical aparentemente restrito, o das construções completivas e infinitivas, sob o argumento de que nesse domínio se condensam alguns dos problemas mais importantes dos desenvolvimentos atuais da Análise de Discurso: o estatuto do sujeito da enunciação, a constituição dos objetos de pensamento⁵, a relação entre forma e sentido, o funcionamento da paráfrase e o caráter não-transparente da interpretação.

No *Matériel*, Pêcheux (1984, p. 7) aponta o cerne da questão ao afirmar que o seu texto visa “interrogar a posição do linguista em relação à construção de seu domínio de exemplos (o estabelecimento dos fatos gramaticais) na elaboração teórica à qual [esses fatos] são confrontados”. A questão, portanto, não é apenas gramatical. Ela é também epistemológica, pois diz respeito às condições sob as quais certos enunciados são constituídos como exemplos, certos funcionamentos são reconhecidos como fatos e certas regularidades passam a valer como evidências da língua. Trata-se, em suma, de interrogar os fundamentos filosóficos e epistemológicos daquilo que, na prática gramatical, tende a se apresentar como um conjunto de dados imediatamente apreensíveis.

⁵ Embora isso seja desenvolvido de modo pormenorizado mais adiante, faço questão de antecipar que *objeto de pensamento* é a proposição encaixada que, em vez de valer imediatamente como fato ou valor de verdade, aparece como aquilo que alguém *pensa, crê, supõe, espera, teme* ou *admite*.

Esses trabalhos interessam, portanto, não porque abordam um tema “técnico” da gramática, mas porque mostram que a comparação entre construções formalmente próximas (e até mesmo idênticas) pode tornar visíveis e demonstráveis diferenças de funcionamento semântico que uma descrição meramente classificatória tenderia a neutralizar. Ao tratar de pares como completiva e infinitiva, Pêcheux, Gadet e Léon são convincentes em mostrar que o segmento encaixado não comparece sempre com o mesmo grau de autonomia, nem sob o mesmo regime enunciativo.

Como veremos, a completiva tende a produzir uma espécie de defasagem ou distância: há uma proposição posta em cena, introduzida pela unidade linguística “*que*”, com maior independência em relação à matriz.⁶ A infinitiva e o infinitivo-complemento, ao contrário, tendem a produzir uma ligação de maior proximidade: a relação predicativa realizada pelo infinitivo permanece mais estreitamente dependente da matriz, tanto para a reconstrução de seu sujeito quanto para a determinação do modo como essa relação é assumida, modalizada ou atribuída ao sujeito da enunciação (isto é, dos modos como ela é apresentada, seja como desejo, obrigação, possibilidade, promessa etc.). A diferença formal deixa, assim, de ser um acidente secundário em relação ao sentido e passa a integrar a própria descrição gramatical, remetendo aos pressupostos teóricos implícitos que orientam a construção dos fatos de língua.⁷ Gadet, Léon e Pêcheux (1984, p. 24)

6 É importante precisar que “matriz” não designa apenas a oração principal em sentido sintático, mas a construção que introduz, enquadra e determina o estatuto enunciativo do segmento encaixado como *pensamento, crença, saber, suposição* ou *dizer relatado*.

7 Esse gesto tem um antecedente importante nos trabalhos sobre as relativas desenvolvidos por Pêcheux e seu grupo nos anos 1970. Em “*Constructions relatives et articulations discursives*”, Paul Henry (1975) mostra que a distinção tradicional entre relativas determinativas e explicativas não é uma classificação neutra, mas recobre duas concepções diferentes da determinação: em uma, a relativa participa da identificação do objeto de que se fala. Em outra, o objeto já se encontra identificado independentemente dela e a relativa apenas explicita ou recorda uma de suas propriedades. É nesse quadro que se compreendem exemplos retomados por Pêcheux em 1979, como “Os círculos que são figuras fechadas têm uma superfície calculável” e “Os números que são divisíveis por outro número não são primos”. Embora sintaticamente muito próximas, as duas sequências não funcionam do mesmo modo: na primeira, a relativa recorda uma propriedade constitutiva do círculo e tem valor explicativo. Na segunda, ela opera uma partição no interior do conjunto dos números e tem valor determinativo. Isso também vale para casos em que o funcionamento depende das condições históricas de interpretação: em Pêcheux, “Os automóveis que funcionam a gasolina poluem a atmosfera” aparece como uma sequência ainda tendente ao funcionamento explicativo, mas já instável, pois a existência de automóveis não movidos a gasolina abre a possibilidade de uma leitura determinativa. Hoje, essa possibilidade torna-se ainda mais visível: a relativa pode ser lida como recorte de um subconjunto no interior da classe dos automóveis. De modo análogo, “O homem que é racional é livre” permanece indecível entre uma

ilustram essa posição com a sequência “*Moi, je pense avoir donné plus, et lui pense que j’ai donné moins*”⁸ e comentam que, se o primeiro segmento utilizasse uma completiva (“*que j’ai donné plus*”), o locutor “deixaria a possibilidade de se ter enganado”, enquanto, na forma infinitiva, ele “revela estar persuadido de ter razão”.⁹

leitura explicativa (“todo homem, sendo racional, é livre”) e uma leitura determinativa (“só os homens racionais são livres”). A lição teórica é a mesma que é reencontrada nos textos de 1984: a semelhança ou identidade sintática não garante identidade de funcionamento semântico-discursivo. Uma mesma forma pode produzir efeitos distintos conforme a relativa apenas retome uma propriedade já pressuposta do antecedente ou, ao contrário, introduza uma propriedade capaz de recortar um subconjunto no interior dele, sempre sob condições históricas e discursivas determinadas.

8 A tradução dessa sequência para o português é formalmente difícil, pois o francês torna visíveis, em uma mesma frase, diferenças que a tradução corrente tende a apagar. Por essa razão, sempre que a análise depender da configuração formal do exemplo original, mantereí as sequências em francês, acompanhando-as de tradução apenas quando isso não comprometer o contraste em jogo. Em “*Moi, je*”, há uma estrutura de destaque seguida de retomada pronominal (*moi + je*), que o português só reproduz de modo imperfeito: “eu, acho...” perde a duplicação; “eu, eu acho...” a conserva parcialmente, mas soa muito mais marcada. Uma solução como “Eu, pessoalmente, penso” pode recuperar parte do relevo enunciativo de “*Moi, je*”, mas o faz por compensação e não por equivalência formal: no francês, o efeito decorre de uma configuração sintática de destaque e retomada. Em português, “pessoalmente” introduz uma marca lexical de tomada de posição que restitui a ênfase, mas altera o mecanismo linguístico pelo qual ela é produzida. Além disso, a frase opõe duas construções distintas: “*je pense avoir donné plus*” e “*lui pense que j’ai donné moins*”. Na primeira, há uma infinitiva. Na segunda, uma completiva introduzida por “*que*”. Ora, a tradução “mais idiomática” em português tende a uniformizar as duas estruturas, por exemplo em “eu penso que dei mais, e ele pensa que eu dei menos”, desfazendo o contraste formal que, no texto de Gadet, Léon e Pêcheux, é teoricamente decisivo. Uma versão como “Eu, penso ter dado mais, e ele pensa que eu dei menos” preserva melhor a assimetria entre infinitiva e completiva, mas produz em português um efeito bem mais rígido e artificial do que no original francês. Afinal, a especificidade das línguas importa e nos abre oportunidades de pesquisa que investiguem esses funcionamentos em português brasileiro.

9 Embora essa discussão seja desenvolvida mais adiante, convém antecipar aqui seu ponto principal. O que Gadet, Léon e Pêcheux procuram mostrar é que, embora as duas formulações sejam próximas, elas não significam o conteúdo encaixado do mesmo modo. Em “*Moi, je pense avoir donné plus*”, o segmento “*avoir donné plus*” permanece mais estreitamente ligado ao sujeito da matriz. A infinitiva não o recorta como uma proposição relativamente autônoma, mas o mantém aderido ao “ato de dizer” do locutor. É por isso que os autores afirmam que, nessa formulação, o locutor “adere a seu enunciado” e “não deixa aberta a possibilidade de ter-se enganado”. Já em “*Moi, je pense que j’ai donné plus*”, a completiva introduz um deslocamento: o conteúdo “*que j’ai donné plus*” aparece sob a forma de uma proposição mais destacável (relativamente autônoma) e, por isso mesmo, mais facilmente formulável como objeto de pensamento. Esse recorte produz uma defasagem ou distância entre o *sujeito que pensa* e o *conteúdo pensado* (“*j’ai donné plus*”, o *objeto de pensamento*). É essa distância que, para os autores, “deixaria lugar à dúvida” e permitiria ao locutor aparecer como alguém que *formula uma representação sem se confundir inteiramente com ela*. A diferença, portanto, não está em que uma construção exprima objetivamente mais certeza e a outra mais incerteza, como se isso decorresse de um traço semântico fixo do infinitivo e da completiva. O ponto é enunciativo: na infinitiva, o conteúdo comparece mais fortemente integrado ao sujeito que o assume; na completiva, ele comparece com maior autonomia relativa. É justamente por isso que, no contexto do exemplo, a primeira forma pode ser interpretada como indício de que o locutor se mostra persuadido de ter razão, enquanto a segunda lhe permitiria formular seu ponto de vista com maior distanciamento. O exemplo é importante porque antecipa uma das teses centrais de *Remarques*: a completiva funciona pela autonomização do objeto de

Toda essa discussão adquire uma importância particular no contexto teórico do início dos anos 1980.¹⁰ Em vez de aceitar a alternativa entre uma linguística cada vez mais formalizada, matematizada e uma teoria da interpretação sem ancoragem na língua, Pêcheux situa o problema no nível da materialidade da língua interrogando a sua especificidade, *o seu próprio*.

Os textos de 1984 pertencem a esse momento. Neles, o diálogo com a sintaxe e com a lógica não significa uma adesão ao formalismo ou ao logicismo, mas uma tentativa de repensar, a partir de um campo gramatical preciso, a relação entre a descrição gramatical e a interpretação. O que essas subordinadas tornam visível é que seu funcionamento não se deixa descrever inteiramente por meio de formas estáveis às quais corresponderiam sentidos já fixados de antemão. Há nelas uma instabilidade própria, que obriga a descrição a levar em conta o modo como a organização sintática se articula à enunciação e ao sentido.

Partindo desse conjunto de hipóteses e observações, o artigo se organiza em duas partes. A primeira examina o *Matériel*, destacando o problema da constituição dos fatos gramaticais, a releitura que Pêcheux fez de Frege, o “deslocamento wittgensteiniano” e o problema da interpretação. A segunda discute

pensamento, isto é, ela coloca o conteúdo encaixado numa posição relativamente independente em relação à matriz. A infinitiva, ao contrário, tende a mantê-lo mais estreitamente preso ao processo enunciado pelo verbo principal. Nesse sentido, o contraste entre “*penser avoir donné plus*” e “*penser que j’ai donné plus*” está longe de ser um detalhe secundário.

¹⁰ Esse relevo não decorre apenas de uma inflexão interna da obra de Pêcheux, mas de uma conjuntura teórica mais ampla da linguística. Em 1977, Gadet e Pêcheux descrevem essa conjuntura como uma “luta entre duas vias”, o logicismo e o sociologismo, cuja contradição conduz a linguística a uma “situação de crise”, a uma espécie de impasse, sem que as formas intermediárias consigam resolvê-la. O ponto não está apenas na oposição entre duas correntes, mas no fato de que ambas tendem a recobrir aquilo que os autores chamam, mais tarde, de “real da língua”. Em *La langue introuvable*, Gadet e Pêcheux afirmam que a linguística perde seu objeto próprio “cada vez que cede sobre o real da língua” para se abandonar às “realidades psicossociológicas dos atos de linguagem” (Gadet; Pêcheux, 1981, p. 9-10). A questão decisiva deixa então de ser a escolha entre explicações internas e externas e passa a ser a da especificidade da materialidade linguística, isto é, daquilo que, na língua, resiste tanto às fantasias de transparência lógica quanto às reduções comunicacionais ou psicologizantes. Em uma entrevista que data de 1983, essa crítica reaparece em outro plano: Pêcheux e Gadet recusam ao mesmo tempo a hermenêutica do “sentido oculto”, as formas correntes de análise de conteúdo e o objetivismo ligado à teoria da informação, insistindo em que a língua não deve ser pensada como meio transparente entre uma origem e um fim, mas como campo de materialidades discursivas heterogêneas, atravessado por deslocamentos, metáforas, jogos sobre a regra e impossíveis que lhe são próprios. Lidos nesse horizonte, os textos de 1984 não representam um retorno disciplinar (e muito menos *disciplinado*) à gramática, mas uma *intervenção* nessa crise. Ao tomar as completivas e infinitivas como objeto, Pêcheux mostra que é justamente no interior do debate gramatical que se tornam visíveis os limites tanto do formalismo lógico quanto das abordagens que deslocam a questão da língua para a comunicação, a psicologia do sujeito ou a interpretação fenomenológica.

Remarques, mostrando como o programa do manuscrito analisado se converte em uma crítica aguda das classificações gramaticais estáveis, por meio da formulação de noções teórico-analíticas como *forçagem* [*forçage*], *ponto específico de báscula* [*point spécifique de bascule*] e *espelhamento* [*miroitement*]. Ao final deste artigo, defendo que esses textos permitem recolocar em novos termos a relação entre gramática, lógica e discurso na obra de Pêcheux, apontando direções para futuras pesquisas.

2 O *Matériel* e a questão filosófica das completivas

O *Matériel* não foi concebido como artigo autônomo destinado à publicação, mas como documento de trabalho ligado ao texto em coautoria de Pêcheux publicado no mesmo número da revista *Linx*. Por isso, o manuscrito não apresenta uma análise acabada, mas um programa de pesquisa. Ele delimita um campo gramatical, explicita problemas e ensaia operadores conceituais que serão retomados de forma mais sistemática em *Remarques*.

O estatuto de documento preparatório ajuda também a compreender a composição do texto. O *Matériel* avança mais por núcleos problemáticos do que por demonstrações lineares. Ele define o campo de pesquisa, critica a naturalização dos fatos gramaticais, discute com Frege e Wittgenstein a respeito dos regimes de interpretação e da emergência dos implícitos. Essa escrita exploratória corresponde ao movimento do argumento de Pêcheux, que procura desestabilizar evidências consolidadas da descrição gramatical e abrir um espaço em que as subordinadas possam ser pensadas ao mesmo tempo como construções sintáticas e como formas de organização do objeto de pensamento.

Logo na abertura, o texto situa sua proposta no quadro dos “desenvolvimentos atuais da AD” e elege como objeto as “proposições ditas completivas e infinitivas, e o infinitivo-complemento” (Pêcheux, 1984, p. 7). A escolha não é contingente. Trata-se de um domínio privilegiado das teorias sintáticas formalizadoras, “sobretudo das abordagens harrissiana e chomskyana” (Pêcheux, 1984, p. 7), e é precisamente por isso que Pêcheux o ocupa, para fazer trabalhar, a partir do próprio interior da descrição formal, e não como uma crítica externa, a questão do sujeito da enunciação.

Essa operação passa por uma reflexão epistemológica sobre os bastidores do trabalho do linguista. O ponto de partida do *Matériel* é a recusa de critérios naturais capazes de hierarquizar os fatos gramaticais. Toda observação e toda descrição de fatos de língua já supõem, segundo Pêcheux, uma posição teórica implícita. O problema, então, não é apenas como descrever corretamente as completivas, mas como se constitui, para o linguista, o domínio de exemplos e de evidências que torna certa descrição possível.

Nesse ponto, o texto dialoga, ainda que de modo indireto, com um debate epistemológico mais amplo. A crítica da naturalização dos fatos aproxima Pêcheux da ideia segundo a qual um fato de língua nunca é um “dado” puro, imediatamente apreensível, mas resultado de um recorte teórico. Jean-Claude Milner (1984 [1983], p. 177) sintetiza essa posição ao afirmar que “um fato é essencialmente um fragmento de teoria”. Ao mesmo tempo, o manuscrito vai além de uma simples filosofia do conhecimento: ao insistir na existência de uma “posição gramatical enunciativa” (Pêcheux, 1984, p. 8) mobilizada, conscientemente ou não, sempre que os linguistas escolhem e trabalham seus exemplos na descrição gramatical, ele mostra que a constituição do fato não depende apenas de categorias descritivas, mas também da relação do linguista com a língua e com “práticas languageiras” que toma como evidência. Paul Henry (1977), ao criticar a noção de “intuição linguística”, já apontava para a necessidade de desnaturalizar esse gesto, mostrando que a “evidência” do sentido é um efeito ideológico. Pêcheux (1984, p. 8) recolhe essa crítica ao enumerar as diferentes práticas de constituição do dado, que vão desde a aceitação do “agramatical” até a construção de “exemplos-limite na fronteira do absurdo”.¹¹

11 A crítica da “intuição linguística” permite precisar um ponto que, no texto de Pêcheux, permanece decisivo: a constituição do fato gramatical não pode ser separada das operações pelas quais ele é produzido como evidência. Ao mostrar que a intuição serve tanto para decidir o que pertence à língua quanto para sustentar julgamentos de gramaticalidade e de sentido como se fossem imediatamente acessíveis ao sujeito falante, Henry (1977) desfaz a aparência de naturalidade que recobre, ao mesmo tempo, o objeto descrito e os procedimentos de sua descrição. A “evidência” do sentido deixa, assim, de funcionar como fundamento da análise e passa a integrar o próprio problema epistemológico. É justamente nesse ponto que a aproximação com o *Matériel* se torna mais precisa: ao enumerar práticas distintas de constituição do dado, Pêcheux mostra que o fato gramatical não é algo simplesmente encontrado, mas algo que se constitui no interior de práticas de recorte, manipulação e validação próprias às teorias, sejam elas reconhecidas ou não pelo linguista.

2.1 Fatos gramaticais, *forçagem* e posição do linguista

O *Matériel* torna essa tese mais concreta quando enumera diferentes práticas de constituição do dado linguístico. Cada uma põe em jogo uma relação distinta com a língua e produz, por isso mesmo, um tipo particular de fato gramatical. O interesse do manuscrito está em deslocar a discussão do plano “técnico” ou “metodológico” para o plano das condições de emergência da evidência gramatical.

A observação de Pêcheux encontra um respaldo importante na discussão epistemológica do período. Se, com Milner, o fato linguístico deixa de ser entendido como dado bruto e passa a ser pensado como fragmento de teoria, o *Matériel* radicaliza essa tese ao mostrar que a constituição do fato envolve também uma posição enunciativa. Milner (1984, p. 178) define o fato como “uma configuração mínima de dados” que se presta a ser teorizada, mas Pêcheux acrescenta a essa definição a dimensão da prática do linguista, que não é neutra. A consequência é decisiva para o estatuto da descrição: não existe fato gramatical independente do modo como este é selecionado, manipulado e reconhecido dentro de uma prática teórica determinada. Pêcheux (1984, p. 8) expõe essa questão como um dado experimentável: “Que seja possível, a partir de um enunciado apreendido intuitivamente como ‘normal’, imaginar e construir por *forçagem* um outro enunciado é um fato de linguagem experimentável.”

Essa inflexão ganha relevo quando Pêcheux distingue, no interior do trabalho linguístico, dois fatos (ou procedimentos) experimentais distintos: a *forçagem* (de uma construção) e a *báscula* (de uma interpretação). O primeiro diz respeito à possibilidade de imaginar e construir um outro enunciado a partir de uma sequência apreendida como “normal”. O segundo concerne à possibilidade de a interpretação de um enunciado “bascular”, isto é, passar subitamente de uma estabilização interpretativa a outra, produzindo, retrospectivamente, outro efeito de sentido que, até então, permanecia recoberto. A distinção é decisiva, porque impede de pensar o funcionamento linguístico como simples aplicação de “formas” estáveis a “conteúdos” igualmente estáveis. Pêcheux (1984, p. 8) os descreve como fatos de naturezas distintas e não simétricas: “Que a interpretação ‘normal’ de um enunciado dado possa subitamente bascular para uma outra interpretação

liberando retroativamente outro sentido (como sob o efeito de um jogo de palavras) é também um fato, que não é idêntico, nem simétrico ao primeiro”. A forçagem mostra que uma construção pode ser experimentalmente deslocada para testar seus limites de aceitabilidade e seus pontos de resistência. Já a báscula mostra que a interpretação não adere de maneira transparente à forma.

Com isso, a reflexão gramatical se abre diretamente para o campo da enunciação e da interpretação. Se um enunciado pode ser forçado e se sua interpretação pode reorganizar-se, então o problema já não é apenas o da boa descrição de uma estrutura. Trata-se também de interrogar as condições sob as quais algo pode ser dito, ouvido e interpretado numa língua.

É a partir desse ponto que o *Matériel* começa a se voltar para as construções introduzidas por verbos como *dire*, *penser*, *croire* ou *supposer*, nas quais a proposição encaixada deixa de remeter imediatamente a um valor de verdade e passa a funcionar como objeto de pensamento, dizer relatado ou construção de um ponto de vista.¹² Pêcheux (1984, p. 8) sintetiza essa passagem afirmando que “a questão do impossível, na medida em que estrutura esta rede de fenômenos linguísticos para uma língua dada, se desdobra assim em uma pluralidade de questões”, como “o que pode se dizer? E o que pode ser entendido?”.

Os dois fatos experimentáveis destacados por Pêcheux merecem ainda uma observação adicional. A forçagem e a báscula não funcionam como curiosidades marginais, mas como índices de duas formas distintas de instabilidade. A primeira

12 No *Matériel*, Pêcheux reconstrói, a partir de Frege, a distinção entre *espaço da verdade*, *espaço do pensamento* e *espaço do saber*, para dela extrair uma consequência que desloca a problemática fregeana: a completiva não se reduz nem a um valor de verdade nem a um conteúdo proposicional logicamente estabilizado. Contra a transformação da proposição em “um dos nomes do verdadeiro” (Pêcheux, 1984, p. 10), Pêcheux mostra que, em construções introduzidas por verbos como *dire*, *penser*, *croire* ou *supposer*, a proposição encaixada comparece sob o modo do pensamento, da crença ou da suposição, isto é, em regimes nos quais a verdade permanece suspensa. A noção de “objeto de pensamento” designa precisamente esse ponto em que a proposição encaixada deixa de ser imediatamente reconduzível à alternativa verdadeiro/falso, sem, por isso, tornar-se uma simples representação subjetiva. Trata-se antes de uma construção enunciativa: o “conteúdo” encaixado passa a ser pensado como efeito de uma posição de enunciação, isto é, como aquilo que o enunciado faz existir ao instaurar um ponto de vista. Este último termo designa, nos textos de 1984, a operação pela qual a completiva produz uma “cena de enunciação proposicional” (Pêcheux, 1984, p. 13), simultaneamente inscrita na proposição-matriz e deslocada em relação a ela. Assim, o objeto de pensamento é ao mesmo tempo dependente da matriz que o introduz e relativamente exterior a ela: ele é pensável, crível, suposto ou dizível a partir de uma posição enunciativa determinada, mas não se confunde com um conteúdo substancial previamente dado. É nesse desdobramento das posições enunciativas que se torna legível aquilo que a formalização lógica tende a neutralizar: não apenas “o que” é dito, mas o modo como uma proposição passa a existir como pensamento, crença, suposição ou ponto de vista.

incide sobre a construção: ela mostra que um enunciado pode ser deformado, tensionado e levado a aceitar um encadeamento não previsto por sua forma reconhecida. A segunda incide sobre a interpretação: ela mostra que um enunciado aparentemente estabilizado pode, sob certas condições, bascular e fazer surgir retrospectivamente um outro sentido, como nos jogos de palavras ou nos casos em que a sequência se deixa reanalisar de modo inesperado.

2.2 Frege: saturação, objeto de pensamento e cena de enunciação

A releitura de Frege ocupa o centro dessa operação teórico-analítica. Pêcheux parte da distinção entre objetos e funções, fundamental para a teoria fregeana da proposição. Em Frege, o *objeto* é saturado (completo), ao passo que a *função* é insaturada e requer argumento para produzir um valor. Nessa chave, a proposição pode ser pensada como resultado do preenchimento de uma forma aberta. A dificuldade, porém, surge quando a subordinação completiva deixa de comparecer simplesmente como proposição suscetível de valor de verdade e passa a funcionar como conteúdo de pensamento.

Frege (2009 [1891], p. 113) já notara que, em contextos de discurso indireto com verbos como “*dizer*”, “*pensar*” ou “*estar convencido*”, “a subordinada tem por referência um pensamento e não um valor de verdade”. É esse ponto que Pêcheux (1984, p. 9) explora ao caracterizar a completiva como “objeto de pensamento”: algo que, no sistema fregeano, deve funcionar como elemento saturante da matriz, mas cujo conteúdo não coincide com um objeto logicamente fechado. Daí o “paradoxo da saturação” que atravessa o *Matériel*.

No contexto do artigo, “objeto de pensamento” deve ser tratado como uma noção formulada por Pêcheux em sua releitura de Frege. A análise fregeana fornece o quadro de base — a distinção entre verdade, pensamento e saber, bem como o problema do estatuto da subordinada em contextos de discurso indireto —, mas é Pêcheux quem, no *Matériel*, propõe explicitamente chamar de “objeto de pensamento” esse tipo de objeto proposicional cuja verdade está em suspenso e que vem saturar a matriz sem assumir o estatuto de objeto fechado.

O interesse dessa formulação está em que ela permite deslocar um problema lógico para o terreno da gramática e da enunciação. A completiva já não

comparece apenas como proposição suscetível de valor de verdade, mas como conteúdo *pensável*, *crível*, *sabido* ou *suposto*, ao mesmo tempo dependente da matriz e relativamente dissociado dela.

Esse paradoxo obriga Pêcheux a recolocar o problema da completiva em outros termos. A questão já não é apenas a da boa formação lógica da estrutura saturada, mas a do estatuto do conteúdo encaixado quando este comparece sob a forma de *pensamento*, *crença*, *saber* ou *suposição*. Nessas condições, a subordinada não pode ser tratada como simples preenchimento de uma posição aberta na matriz, porque, embora permaneça dependente dela, esboça uma autonomia relativa do conteúdo. É por isso que Pêcheux (1984, p. 13) pode falar de uma “espécie de cena de enunciação proposicional”: a completiva está inscrita na frase matriz, mas introduz em seu interior um ponto de vista relativamente dissociado.

O interesse de Pêcheux por Frege não se reduz, portanto, à retomada da distinção entre objeto e função. O que importa é o fato de que, na própria análise de Frege, as completivas deixam de formar um conjunto homogêneo. Ao lado do *espaço da verdade*, em que a proposição comparece como referência do verdadeiro ou do falso, Frege é conduzido a distinguir um *espaço do pensamento* e, em seguida, um *espaço do saber*. É o que aparece, por exemplo, na discussão de verbos como “*reconnaître*” [reconhecer], “*savoir*” [saber] e “*s’imaginer*” [se imaginar]: em enunciados como “*Bebel s’imaginait que le retour de l’Alsace-Lorraine à la France pourrait affaiblir son désir de vengeance*”¹³ não se tem simplesmente uma proposição subordinada dotada de um único estatuto, mas a articulação de planos distintos, de modo que a completiva remete não apenas a um conteúdo de pensamento, mas também ao modo específico sob o qual esse conteúdo é assumido.¹⁴ A completiva deixa, assim, de constituir um domínio homogêneo e passa a fazer aparecer diferentes regimes de funcionamento proposicional.

13 A dificuldade de tradução está em que “*s’imaginer*” não equivale simplesmente a “*imaginer*”. A forma pronominal introduz uma reflexividade que não se deixa transpor com facilidade em português. Não se trata apenas de imaginar algo, mas de figurá-lo para si, representá-lo para si mesmo, supô-lo ou crê-lo de um certo modo. Por isso, nenhuma solução em português é plenamente satisfatória. Uma tradução possível do exemplo seria: “Bebel imaginava que o retorno da Alsácia-Lorena à França poderia enfraquecer seu desejo de vingança”, mas essa solução apenas aproxima o problema, sem o resolver inteiramente.

14 No *Matériel*, uma das controvérsias com Frege incide frontalmente sobre o conceito de *conteúdo*. No regime do que Pêcheux chama de *espaço da verdade*, a proposição afirmativa aparece

O tratamento dos verbos de saber torna essa heterogeneidade ainda mais visível. Quando Frege diferencia verbos como “*savoir*”, “*reconnaître*” ou “*s’imaginer*”, ele mostra que o conteúdo encaixado pode figurar como pensamento já submetido à determinação da verdade. Ora, o saber, portanto, não constitui domínio autônomo, mas uma partição interna do espaço do pensamento sob coerção do espaço da verdade. O interesse da completiva está justamente em tornar legível essa distribuição. Sua forma sintática geral encobre, sob aparente homogeneidade, funcionamentos distintos: ora o conteúdo é tomado como pensamento, ora como pensamento verdadeiro, ora como crença errônea. A descrição gramatical, por isso, já não pode contentar-se com o recenseamento formal da subordinada.

É precisamente nesse ponto que se pode situar o limite de uma posição estritamente lógica. Seu rendimento é considerável enquanto a completiva é tratada como proposição passível de valor de verdade. Mas ele se enfraquece quando o conteúdo encaixado comparece como crença, suposição, saber ou ponto de vista. O que a análise de Pêcheux mostra é que a completude formal da proposição não coincide com a evidência do sentido. Uma construção pode estar saturada do ponto de vista lógico e, ainda assim, introduzir um conteúdo cuja verdade permanece suspensa ou deslocada.

Essa concepção teve grande importância para a linguística porque permitiu considerar como logicamente equivalentes enunciados formulados por construções sintáticas diferentes. Assim, a análise podia buscar, por trás da

como “um dos nomes do verdadeiro” (Pêcheux, 1984, p. 10). O conteúdo é, então, pensado como unidade lógica fechada, estabilizada por sua inscrição no verdadeiro ou no falso, e capaz de reunir enunciados interparafrásticos numa mesma classe. É justamente essa definição que Pêcheux desloca. Sua posição não consiste em acrescentar ao conteúdo uma dimensão subjetiva ou contextual, mas em mostrar que, no caso das completivas, o que está em jogo já não pode ser o conteúdo de uma proposição verdadeira. Quando a subordinada comparece sob verbos de *crença*, *suposição*, *temor* ou *saber*, ela deixa de funcionar como totalidade lógica consumada e passa a valer como “objeto de pensamento”, isto é, como objeto proposicional “cuja verdade está em suspenso” (Pêcheux, 1984, p. 12). Por isso, esse conteúdo já não pode ter o estatuto de “um objeto fechado”, mas depende da “construção de um ponto de vista” e de “uma espécie de cena de enunciação proposicional” (Pêcheux, 1984, p. 13). O ponto de Pêcheux não é “corrigir” Frege, mas mostrar que a definição fregeana de conteúdo só funciona ao preço de neutralizar justamente aquilo que a completiva torna incontornável: o fato de que nem todo conteúdo é redutível à forma lógica de uma proposição verdadeira. Em suma, enquanto em Frege o conteúdo tende a se definir por sua estabilização lógica, em Pêcheux ele só se torna pensável a partir de sua não-coincidência consigo mesmo: não como substância proposicional disponível para a verdade, mas como conteúdo dividido, recortado e sustentado por uma defasagem enunciativa que a lógica tende precisamente a apagar.

variedade das formas, a unidade de um mesmo conteúdo proposicional. O que interessa a Pêcheux, porém, é o ponto em que esse modelo já não basta. No caso das completivas, não se trata sempre de um conteúdo simplesmente verdadeiro ou falso. Segundo o verbo da matriz, a subordinada pode remeter a um pensamento, a um saber, a uma crença ou a uma suposição. É por isso que Pêcheux (1984, p. 11) chama atenção, em Frege, para a distinção entre “o espaço da verdade, o espaço do pensamento e o espaço do saber”, na medida em que ela mostra que a completiva não constitui um domínio uniforme e que sua descrição exige articular de outro modo lógica e gramática.

É por isso que a discussão em torno de Frege não constitui um *excursus* erudito. Ela funciona como operador de deslocamento. Ao mostrar que a completiva introduz um objeto de pensamento e não apenas um valor de verdade, Pêcheux transforma o problema lógico e gramatical em uma questão discursiva. A saturação já não designa apenas o fechamento lógico de uma função por seus argumentos, mas passa a dizer respeito ao modo como um enunciado adquire aparência de completude e evidência, sem que o sentido esteja por isso definitivamente encerrado.

Esse deslocamento ajuda a compreender por que Pêcheux insiste tanto na “fortuna prodigiosa” da concepção fregeana nas pesquisas linguísticas. Se a proposição é tratada como classe lógica de enunciados interparafrásticos, torna-se possível passar da *diversidade* das formulações à *unidade* de um conteúdo lógico. O preço dessa operação, porém, é alto. As diferenças de construção e as marcas enunciativas passam a ser secundarizadas em favor da equivalência proposicional. Em outras palavras, a forma tende a ser lida apenas como veículo contingente de um conteúdo estabilizado. A crítica de Pêcheux começa precisamente quando essa redução se mostra insuficiente para dar conta do funcionamento das completivas.

Também por isso a noção de “objeto de pensamento” não deve ser tomada como simples reformulação terminológica. Ela nomeia um ponto em que a linguagem deixa de ser redutível à lógica da verdade. Quando um enunciado funciona como conteúdo *pensado*, *crido*, *suposto* ou *ignorado*, ele comparece sob um regime de dependência sintática e, simultaneamente, de relativa independência enunciativa.

A completiva não é apenas o preenchimento de uma lacuna. Ela introduz um conteúdo cuja posição não coincide integralmente com a do referente nem com a da proposição pura. O ganho teórico dessa formulação está em fazer da própria subordinação um lugar de heterogeneidade. Pêcheux (1984, p. 22) conclui a sua seção sobre Frege afirmando que “o objeto de pensamento vem preencher o vazio da frase-matriz, sem ter ele mesmo o estatuto de um objeto fechado”. Ele está “paradoxalmente, ao mesmo tempo contido na matriz (inscrito em sua dependência) e exterior a ela (em independência deslocada em relação a ela)”. É esse “paradoxo da saturação” que está no cerne da questão.¹⁵

2.3 Wittgenstein, interpretação e dessaturação do enunciado

A segunda grande referência filosófica do *Matériel* é Wittgenstein. Sua entrada no texto não serve para substituir Frege por uma filosofia vaga dos “usos”, nem para abandonar a questão lógica. O que está em jogo é um deslocamento mais preciso: deixar de tomar a proposição como forma soberana da linguagem. Se, em Frege, o problema das completivas ainda é formulado no interior de uma reflexão sobre verdade, pensamento e saber, com Wittgenstein a atenção se desloca para o funcionamento das expressões em práticas determinadas. É esse movimento que

15 Retrospectivamente, Marandin (1993) permite ampliar o alcance desse problema ao mostrar que o pré-construído não pode ser limitado ao plano sintático. É importante precisar o sentido dessa afirmação. Não se trata de dizer que a sintaxe esteja ausente desses casos, mas que o efeito de interpretação em questão não se deixa localizar nem explicar por uma forma sintática em sentido estrito. Marandin toma justamente “um exemplo de pré-construído que não advém da sintaxe propriamente dita” (1993, p. 166), no domínio da anáfora, para mostrar que a diferença interpretativa decisiva pode nascer de outro plano de organização da língua. É o caso da diferença entre “*Les élèves sont entrés. Les bons se sont assis au premier rang*” [Os alunos entraram. Os bons sentaram-se na primeira fila] e “*Les élèves sont entrés. Les meilleurs se sont assis au premier rang*” [Os alunos entraram. Os melhores sentaram-se na primeira fila]. Embora, em ambos os casos, o segundo sintagma nominal retome o primeiro, o funcionamento não é o mesmo. Em “*les meilleurs*” [os melhores], a seleção se faz no interior de um conjunto tomado como homogêneo; em *les bons* [os bons], o que se produz é uma partição do conjunto, isto é, uma distribuição dos alunos em grupos. Como observa Marandin, esse efeito de sentido “não é criado por uma forma sintática” (1993, p. 167), porque a relação anafórica “não tem por domínio a frase” e põe “crucialmente em jogo a interpretação da categoria do plural” (1993, p. 167). A diferença, portanto, não decorre de uma estrutura sintática distinta, mas do modo como o objeto é apresentado e interpretado em diferentes planos da língua. Lido desse ponto de vista, o “paradoxo da saturação” identificado por Pêcheux nas completivas não constitui um caso isolado, mas uma manifestação particularmente nítida de uma dificuldade mais geral: a de que o conteúdo introduzido pela língua nunca é simplesmente dado, mas comparece sempre sob um modo de apresentação que orienta sua interpretação.

interessa a Pêcheux, porque ele permite recolocar a questão gramatical das completivas e infinitivas em um terreno em que a descrição já não pode separar forma e enunciação.

O ponto decisivo é que, em Wittgenstein, nomear já não pode servir de modelo geral para explicar o dizer: “quando digo ‘eu tenho dores’, não designo uma pessoa que tem dores, pois em certo sentido não sei quem as tem” (Wittgenstein *apud* Pêcheux, 1984, p. 16). Ora, se dizer “eu tenho dores” não equivale a designar um objeto interior, o que se desfaz é a ideia de que compreender um enunciado consista sempre em identificar a coisa a que ele se refere. Pêcheux retém exatamente isso. A linguagem não é redutível a um conjunto de proposições que espelhariam estados de coisas, mas se organiza em práticas, atos e jogos de linguagem. Por isso, o recurso a Wittgenstein não dissolve a gramática, mas obriga a repensá-la. As construções passam a interessar não apenas pelo conteúdo que introduzem, mas pelo modo como o fazem existir no enunciado.

É nesse ponto que a comparação entre completiva e infinitiva ganha alcance teórico. Sequências como “*j’espère que je verrai Marie aujourd’hui*” e “*j’espère voir Marie aujourd’hui*” já não podem ser tratadas como simples variantes de um mesmo conteúdo. Pêcheux (1984, p. 17) observa que, para além da “evidente equivalência de sentido”, há uma oscilação entre “o nível da informação relatada (no quadro comunicacional do relato universal)” e “o da manifestação subjetiva de uma tensão (de uma esperança, de um desejo etc.)”. A diferença, portanto, não é apenas formal. Na completiva, o conteúdo tende a aparecer como algo relativamente destacável da esperança que o introduz: ele pode ser retomado, relatado, comentado. Na infinitiva, ao contrário, ele permanece mais estreitamente ligado ao próprio movimento subjetivo inscrito em *j’espère*. O que essas duas formas tornam visível é que o conteúdo encaixado não recebe sempre o mesmo estatuto.

A leitura de Paul Henry ajuda a explicitar por que esse deslocamento importa. O ponto não está em trocar a lógica por uma descrição mais flexível da linguagem, mas em repensar o lugar do impossível. Henry (1981, p. 110) formula isso com nitidez ao escrever que “a gramática wittgensteiniana é inteiramente definida em referência ao que, na linguagem, há de impossível”. Isso significa que a gramática não é apenas um inventário de formas corretas, mas o sistema de

restrições, divisões e possibilidades que organiza os jogos de linguagem. Recolhido por Pêcheux, esse ponto permite compreender que as completivas e infinitivas não interessam apenas como construções de encaixe, mas como lugares em que se distribuem modos distintos de relação com o conteúdo enunciado.¹⁶

É por isso que Pêcheux pode falar, no quadro do que ele chama de “deslocamento wittgensteiniano”, de um *porte-à-faux* entre “o espaço da proposição considerada como um nome” e “o da expressão, proposicional ou não, considerada como um ato” (Pêcheux, 1984, p. 18). A fórmula não opõe simplesmente “conteúdo” e “enunciação”, mas indica a sobreposição instável de dois espaços de funcionamento.¹⁷ No primeiro, a proposição tende a ser tratada como unidade nominal, vinculada a “‘verbos de fala’ e ‘de opinião’, ao presente do indicativo e ao registro do mundo real” (Pêcheux, 1984, p. 18). No segundo, a expressão funciona como ato, atravessada por “modalidades deônticas” (como “*pouvoir*” e “*devoir*”), por “verbos de vontade”, pelo subjuntivo e pelo imperativo, bem como pelos registros “não-deônticos” do “possível, do provável, do futuro e do virtual” (Pêcheux, 1984, p. 18).

16 No *Tractatus*, o impossível aparece ainda sob a forma de uma fronteira única: ele não pode ser dito, mas apenas mostrado no interior do espaço lógico da representação. Na *Grammaire philosophique*, esse lugar é assumido pela gramática, entendida não como repertório de formas corretas, mas como instância definida ao “impossível” da gramática. Com os “jogos de linguagem”, dá-se um novo deslocamento: “lá onde havia uma lógica, depois uma gramática, há, doravante, jogos de linguagem” (Henry, 1981, p. 110). Isso significa que o “impossível” já não comparece como limite homogêneo, mas se pluraliza segundo regras próprias a diferentes jogos. O ganho teórico desse deslocamento é fundamental para a leitura de Pêcheux. A questão gramatical deixa de dizer respeito apenas à “boa formação” de estruturas e passa a incidir sobre os próprios modos de existência e funcionamento da linguagem. É justamente nesse ponto que, no *Matériel*, a questão do impossível se converte em perguntas como “o que pode se dizer?” e “o que pode se ouvir/entender [*entendre*]?” (Pêcheux, 1984, p. 8), abrindo a análise das completivas e infinitivas para o terreno da enunciação e da interpretação e não de formas que teriam significados *a priori*.

17 A metáfora do *porte-à-faux* merece uma explicação. Em arquitetura, a expressão designa uma estrutura em balanço: um elemento que se projeta para além de seu ponto de apoio, sem sustentação vertical direta sob a parte avançada. Não se trata, portanto, de ausência absoluta de suporte: *há sustentação, mas ela não está onde se esperaria*. A imagem designa, assim, uma sustentação deslocada, que produz um efeito de descompasso entre o que se projeta e aquilo que o sustenta. No caso de Pêcheux, como vimos, há, de um lado, o espaço da proposição tomada como unidade nominal e, de outro, o espaço da expressão considerada como ato. Esses espaços não se opõem de maneira exterior nem se distribuem segundo uma correspondência estável entre “forma” e “função”. Ao contrário, eles se recobrem, avançam um sobre o outro e produzem zonas de instabilidade nas quais uma mesma relação predicativa pode funcionar ora como *declaração*, ora como *pergunta*, *ordem*, *promessa*, *ameaça*, *autorização* ou *obrigação*. Assim como, na arquitetura, a parte projetada de uma estrutura em balanço não coincide com seu ponto de apoio, também aqui a forma linguística não coincide imediatamente com um único “valor pragmático”: ela se sustenta em um jogo deslocado de operações modalizadoras, cuja interpretação exige bloquear provisoriamente as derivas possíveis e decidir, em situação, “do que se trata”.

O *porte-à-faux* resulta do fato de que esses dois espaços se recobrem, em vez de se distribuírem segundo uma separação gramatical simples. Pêcheux (1984, p. 18) explicita esse recobrimento por meio de uma série construída em torno de “vous” e “partir”: “je vous demande de partir”, “je vous demande si vous partez”, “partirez-vous?”, “vous allez partir”, “je dis que vous partirez”, “je vous dis de partir”, “je vous dis que vous partirez”, “vous pouvez partir” e “vous devez partir”. Essa série permite observar como uma mesma relação prediativa pode derivar entre ordem e pergunta, promessa, predição e ameaça, anúncio e injunção, possibilidade e autorização, necessidade material e obrigação. Assim, o ponto crucial não é que um “conteúdo” receba diferentes tomadas de posição subjetivas, mas que a própria relação entre argumento e predicado possa ser submetida a operações de modalização distintas.¹⁸ Interpretar, nesse primeiro nível, não consiste em reconhecer um conteúdo proposicional, mas em *bloquear*, ainda que provisoriamente, as derivas possíveis, estabilizar zonas parafrásticas e atribuir um valor pragmático determinado às forças ilocucionárias em jogo. Trata-se, em suma, de decidir, numa situação dada, “do que se trata” e quais consequências factuais podem decorrer do enunciado, condição para que ele funcione nos universos práticos do discurso cotidiano.

É nesse ponto que a discussão sobre a interpretação muda de nível. No primeiro nível, interpretar consiste em reconstruir o enunciado como mensagem unívoca referente a um estado de coisas. Pêcheux (1984, p. 19) chama esse procedimento de “bloqueio parafrástico” e observa que ele “supõe, portanto, uma identificação ao enunciador: o enunciado é reconstruído no quadro de sua enunciação, como uma operação bem-sucedida de transmissão de uma mensagem

18 O termo “operação” é empregado aqui em sentido bastante específico. Ele não designa uma intenção psicológica do locutor, mas uma relação reconstituível a partir de marcas linguísticas. Em Culioli (1968), trata-se de operações enunciativas pelas quais uma relação prediativa é construída, localizada e validada: *lexis*, orientação da relação, *repérage*, determinação, modalização e validação. A operação descreve, portanto, como uma forma adquire valor em um enunciado, e não apenas que “conteúdo” ela veicula (Culioli, 1968). Em Marandin (1979), o termo incide sobre outro plano: as operações de formulação organizam enunciados como sequência, por meio de relações anafóricas, lógico-temporais e temáticas, de modo que a sequencialidade não seja tomada como simples justaposição linear. No caso da série “vous” e “partir”, a operação não acrescenta uma “atitude” subjetiva a um “conteúdo” neutro. Ela transforma o próprio modo de funcionamento da relação entre argumento e predicado, fazendo-a valer, conforme o caso, como *pergunta*, *ordem*, *promessa*, *predição*, *ameaça*, *autorização* ou *obrigação*. Assim, a noção de operação permite *descrever a passagem da forma ao efeito de sentido* sem reduzi-la nem à intenção do locutor nem à leitura impressionista do analista.

unívoca concernente a um ‘estado de coisas’”. Esse modo de interpretação é necessário em muitas situações, porque permite responder à pergunta pelo que foi dito. Mas ele também tem um limite: tende a apagar a espessura do enunciado, tratando-o como simples veículo de um conteúdo já estabilizado.

A importância do exemplo “Sócrates é sábio” aparece justamente aí. Para Pêcheux, não basta perguntar se o enunciado é verdadeiro, falso, aceitável ou reformulável. O que importa é suspender, por um momento, a evidência proposicional e interrogar a própria ligação entre o argumento e o predicado. É por isso que ele escreve:

[...] por trás de: ‘Sócrates é sábio’; ‘Sócrates é sábio?’; ‘Sócrates! Seja sábio!’; ‘Nego que Sócrates seja sábio’... há uma ‘questão’ de outro nível, da forma ‘Sócrates, sábio’. O que, afinal, Sócrates tem a ver com a sabedoria? *Onde se vai buscar isso?* (Pêcheux, 1984, p. 19, grifo meu)

O exemplo é crucial porque mostra que a interpretação pode deixar de incidir sobre o conteúdo proposicional estabilizado e passar a incidir sobre a própria possibilidade dessa predicação. Em vez de perguntar apenas o que se afirma sobre Sócrates, passa-se a perguntar *como* “Sócrates” e “sábio” puderam entrar em relação nesse enunciado.

É precisamente esse gesto de suspensão da evidência proposicional que Marandin (1984) desenvolve em seu comentário ao texto de Pêcheux. Para ele, a predicação, quando interrogada em sua própria possibilidade, deixa de aparecer como simples atribuição lógica e passa a exigir uma descrição atenta às redes de relações sintáticas, anafóricas e correferenciais que, no texto, sustentam a ligação entre um argumento e um predicado.¹⁹

19 Marandin (1984) explicita esse deslocamento em termos ainda mais específicos. Seu ponto de partida é que questionar, diante do enunciado “*Socrate est sage*”, a relação entre “*Socrate*” e “*sage*” é deixar de tratá-la como necessária, isto é, como aquilo que, numa conjuntura dada, “pode e deve ser dito” (Marandin, 1984, p. 52). Uma vez suspensa essa evidência, o enunciado passa a aparecer como acontecimento singular: ele “teria podido ser, poderia ser outro” (Marandin, 1984, p. 52). É a partir daí que Marandin distingue duas vias de descrição. Na primeira, dita co-textual, o enunciado é aproximado de outros enunciados ou textos “semelhantes”, segundo repetições materiais, proximidades de forma ou de significação, ou ainda temas reconhecíveis (Marandin, 1984, p. 52). Na segunda, dita intra-textual, o enunciado é apreendido no interior da sequência em que ocorre, por meio dos vínculos sintáticos, anafóricos, correferenciais e léxico-semânticos que ligam seus elementos a outros pontos do texto (Marandin, 1984, p. 52). O interesse dessa formulação, para a leitura de Pêcheux, está em mostrar que a dessaturação não consiste em abandonar a descrição, mas em deslocá-la. Já não se trata de “resumir um conteúdo”, mas de

É a partir desse deslocamento que se pode compreender o que Pêcheux chama de *dessaturação*. Ela começa quando o fechamento parafrástico perde sua evidência, mas não designa uma simples incompletude formal nem uma proliferação arbitrária de sentidos. Designa, antes, a reabertura do enunciado para aquilo que sua estabilização tendia a apagar: as condições sob as quais certos argumentos e predicados puderam coexistir, as compatibilidades discursivas que os aproximam, as memórias que os sustentam, os implícitos que os tornam legíveis. O próprio Pêcheux (1984, p. 19) formula isso de maneira explícita ao afirmar que a questão passa a incidir “sobre o próprio fato de que tais e tais elementos (argumentos e predicados) puderam entrar em coexistência no interior de um mesmo enunciado”. Interpretar, nesse segundo nível, já não é reconduzir o enunciado a um conteúdo unívoco, como se a formulação apenas transmitisse um “estado de coisas”. Trata-se, antes, de fazer ceder o bloqueio parafrástico e de deslocar a questão para o próprio fato de que certos argumentos e predicados puderam entrar em coexistência num mesmo enunciado, isto é, para o lugar discursivo em que o enunciador “*foi buscar isso*”.

É justamente por isso que o deslocamento wittgensteiniano importa tanto para o *Matériel*. Ele permite passar de uma teoria da interpretação centrada na reconstrução de um sentido unívoco para uma análise interessada nas condições de coexistência, nos jogos de linguagem e nas formas históricas de compatibilidade entre elementos do enunciado. Nesse movimento, a gramática ganha centralidade. Ela deixa de ser pensada como simples distribuição de formas estáveis e passa a ser trabalhada como o lugar em que se articulam construção, enunciação e memória. É isso que prepara diretamente *Remarques*: antes de formular procedimentos como a *forçagem*, o *ponto específico de báscula* e o *espelhamento*, o *Matériel* mostra por que a descrição gramatical precisa deixar de tomar a saturação como evidência e passar a interrogar os modos de seu funcionamento.

Antes de examinar esses operadores em detalhe, gostaria de distingui-los com um pouco mais de cuidado. A *forçagem* designa uma manipulação gramatical: força-se uma construção a ocupar o lugar de outra para testar suas condições de aceitabilidade, seus deslocamentos possíveis e suas zonas de resistência. É o que

descrever as relações que tornam possível, num enunciado dado, a ligação entre um argumento e um predicado.

ocorre, por exemplo, quando se parte de uma construção aceitável como “*je montre que je travaille*” e se tenta deslocá-la para uma infinitiva: “*?je montre travailler*”.²⁰ A estranheza da segunda forma não a torna simplesmente inútil. Ao contrário, ela permite observar em que condições o deslocamento se torna mais aceitável, como em “*je montre pouvoir travailler*”, “*je montre avoir travaillé*” ou “*je montre ne pas travailler*”. A forçagem é, portanto, uma operação de teste que leva a regra gramatical até suas zonas de resistência.

O *ponto específico de bascula* (PEB) designa, por sua vez, o ponto em que dois funcionamentos distintos de um mesmo significante se encontram em uma forma indecível, fazendo a interpretação bascular de uma série a outra. O exemplo de “*comprendre*” é esclarecedor. Em uma primeira série, o verbo funciona no sentido de “tomar conhecimento”, “perceber” ou “compreender intelectualmente”, como em “*je comprends que je dois partir demain*” [“compreendo que devo partir amanhã”], “*je comprends que Paul doit partir demain*” [“compreendo que Paul deve partir amanhã”] e “*je comprends devoir partir demain*” [“compreendo dever partir amanhã”]. Nesses funcionamentos, a completiva se constrói normalmente no indicativo. A infinitiva é possível quando há correferência entre o sujeito da matriz e o sujeito reconstruído do infinitivo e não há necessidade de um segundo sintagma nominal. Em uma segunda série, porém, “*comprendre*” funciona no sentido de “admitir”, “aprovar” ou “achar compreensível”, como em “*je comprends que Paul quitte sa ferme*” [“compreendo/admito que Paul deixe sua fazenda”] ou “*je comprends Paul de quitter sa ferme*” [“compreendo Paul por deixar sua fazenda”]. Nesse caso, a completiva abre outro regime modal e a infinitiva exige um segundo termo, como “*Paul*”, que funciona como ponto de apoio da construção. O PEB aparece precisamente quando uma mesma forma, como *je comprends que Paul quitte sa ferme*, pode ser lida no cruzamento dessas duas séries: tanto como “compreendo/constato que Paul deixa sua fazenda” quanto como “admito/acho compreensível que Paul deixe sua fazenda”. Com “*comprendre*”, portanto, o PEB só pode ser construído sobre a completiva, preferencialmente sem correferência, e

20 O ponto de interrogação anteposto ao exemplo é um julgamento metalinguístico de aceitabilidade. Ele indica que a sequência é apenas marginalmente aceitável, “estranha”, sem ser absolutamente excluída, como ocorreria num exemplo marcado por asterisco.

desde que a diferença entre indicativo e subjuntivo fique formalmente apagada. A balança não decorre, assim, de uma ambiguidade vaga ou de uma simples polissemia lexical, mas do encontro localizado entre dois funcionamentos gramaticais e semânticos de um mesmo significante.

O espelhamento, por fim, nomeia o diferencial mínimo de sentido que subsiste entre formas aparentemente parafrásticas. Assim, *j'autorise que Paul parte* ["autorizo que Paul parta"], *j'autorise Paul à partir* ["autorizo Paul a partir"] e *j'autorise Paul à ce qu'il parte* ["autorizo Paul a que ele parta"] se relacionam todas à questão do "partir de Paul", mas não a fazem existir do mesmo modo. Na primeira construção, Paul aparece no interior da completiva. Na segunda, figura como complemento diretamente visado pelo ato de autorizar. Na terceira, ocupa simultaneamente a posição de complemento da matriz e a de sujeito da completiva. A proximidade parafrástica, portanto, não implica identidade semântica: há sempre uma diferença de posição enunciativa, de tomada a cargo e de efeito performativo. Assim, a forçagem é uma operação de teste, o PEB é um ponto construído de indecidibilidade e o espelhamento é o efeito diferencial que impede a identidade plena entre paráfrases.

3 "Remarques sur la stabilité d'une construction linguistique": descrição gramatical, enunciação e equívoco

Remarques constitui o momento em que o programa apenas esboçado no *Matériel* se converte em descrição gramatical efetiva. O artigo parte da comparação entre dois esquemas gerais — $SN_o V_o ((\hat{a}) SN_2)$ que P e $SN_o V_o ((\hat{a}) SN_2) V_{inf}$ — e se instala precisamente no ponto em que a gramática tradicional e a gramática gerativa tendem a falhar.

A primeira falha porque separa radicalmente os dois tipos de construção e a segunda porque tende a reduzi-los a variantes ligadas por transformação. O artigo recusa essa alternativa e toma como princípio o "peso do significante". Gadet, Léon e Pêcheux (1984, p. 24) formulam esse princípio de maneira dupla: "quando dois enunciados apresentam uma qualquer diferença de forma, eles não dizem a mesma coisa" e, inversamente, "há efeitos de um encontro formal

superficial, mesmo que haja argumentos gramaticais para tratar dois nomes diferentemente”.

Essa passagem do esboço à análise efetiva é particularmente importante porque impede ler o *Matériel* como um simples manifesto. *Remarques* mostra, na prática, que as hipóteses filosóficas e epistemológicas do manuscrito podem ser convertidas em procedimentos descritivos precisos. O artigo não abandona a observação detalhada das construções. Ao contrário, leva-a até o ponto em que as escolhas formais deixam de parecer neutras e começam a ser lidas como modos diferenciados de organizar o enunciado, o conteúdo e o lugar do sujeito.

Essa orientação modifica o próprio estatuto da descrição. A comparação entre completiva e infinitiva já não é apenas um problema de distribuição de formas, mas de funcionamento enunciativo. Ao afirmar que todo enunciado supõe um enunciador, o artigo exige que a análise leve em conta um sujeito da enunciação suscetível de diferir do sujeito gramatical. É nesse quadro que se compreendem os exemplos iniciais. Ao examinarem “*Il ignore qu’il désire sa mère*” e “*Il ignore désirer sa mère*”, os autores mostram que a diferença entre as duas construções ultrapassa a correferência e o encaixe sintático, pois impõe a pergunta pelo lugar a partir do qual esse conteúdo pode ser sabido para, então, ser dito. Daí a questão formulada pelos autores: “mas quem o sabe, para poder dizê-lo?” (Gadet; Léon; Pêcheux, 1984, p. 24). No primeiro caso, a glosa proposta é a de que todos o sabem, exceto ele. No segundo, a questão permanece em aberto, já que esse saber não pode ser atribuído do mesmo modo.

Daí a caracterização da completiva como forma de autonomização [*mise en indépendance*] do objeto de pensamento. Na forma “*que P*”, os autores identificam os traços que sustentam essa formulação: há uma “disjunção dos argumentos entre as duas proposições, deslocamento entre a enunciação e o enunciado posto em cena em P” e a “construção de um ponto de vista enunciativo” (Gadet; Léon; Pêcheux, 1984, p. 25). A infinitiva, ao contrário, introduz “um vínculo sem deslocamento (nem referencial, nem temporal) entre SN_o e V_{inf} ” (Gadet; Léon; Pêcheux, 1984, p. 25). Nela, o conteúdo permanece mais estreitamente ligado ao processo expresso pelo verbo da matriz, sem a mesma dissociação entre posições enunciativas. O contraste, portanto, não vale como oposição rígida entre duas construções fechadas, mas como princípio de descrição: a completiva tende a

recortar o conteúdo como relativamente autônomo, enquanto a infinitiva tende a mantê-lo mais fortemente integrado ao processo enunciado pelo verbo principal.²¹

É a partir desse ponto que o artigo pode formular seu horizonte metodológico na definição, tão breve quanto decisiva, de língua: “isso tem uma forma, isso tem sentido, isso é falado” (Gadet, Léon e Pêcheux, 1984, p. 25). Ainda na mesma página, afirmam que “nosso ponto de partida é, portanto, uma opção sobre o trabalho gramatical: para os fenômenos que estudamos (ao menos), não pode haver apreensão do único ponto de vista da gramática, e toda abordagem sistemática supõe que se lhe adjunte uma reflexão em termos de discurso”. Não se trata de opor gramática e discurso, mas de mostrar que, para esse tipo de fenômeno, uma apreensão estritamente gramatical é insuficiente. As construções só se tornam plenamente inteligíveis quando se considera que são enunciadas, isto é, quando se leva em conta seu funcionamento em práticas de linguagem, situações, diálogos e cadeias de reformulação.

Essa mudança de regime aparece também na escolha dos autores de trabalhar preferencialmente com exemplos em primeira pessoa e com enunciados em que a distribuição das posições sintáticas torna especialmente visível a relação entre sujeito gramatical, sujeito de enunciação e objeto de pensamento. Em vez de partir de grandes generalizações sobre a complementação, o artigo procede por contrastes localizados, glosas e manipulações. É esse trabalho minucioso que permite mostrar que as construções não apenas organizam argumentos e predicados, mas também diferentes modos de exposição do conteúdo e diferentes graus de desdobramento entre o dizer da matriz e o dizer encaixado.

21 A caracterização da completiva como autonomização do objeto de pensamento não é, em *Remarques*, uma simples fórmula herdada do *Matériel*, mas o resultado de uma escolha metodológica e descritiva específica. Os autores partem da tese de que “todo enunciado supõe um enunciador”, o que impõe a referência a “um sujeito de enunciação suscetível de ser diferente do sujeito gramatical” (Gadet; Léon; Pêcheux, 1984, p. 24). É por isso que insistem em trabalhar, de modo deliberado, com exemplos em primeira pessoa. Como explicam depois, de maneira mordaz, “‘fazer sintaxe’ é geralmente esquecer que os enunciados são, antes de tudo, enunciados” (Gadet; Léon; Pêcheux, 1984, p. 24) e a escolha de *je* em posição de SN_o permite tornar visíveis “zonas de interpenetração entre sintaxe e enunciação” (Gadet; Léon; Pêcheux, 1984, p. 32). A primeira pessoa interessa ainda porque permite opor *je* a *il* e *tu* a *il* em posições sintáticas decisivas, tornando observáveis efeitos performativos, declarativos e diferenças de adesão do locutor ao conteúdo formulado. Portanto, a autonomização do objeto de pensamento não designa apenas um conteúdo mais “independente”, mas uma configuração em que o modo de encaixe sintático faz surgir um ponto de vista, introduz uma defasagem entre sujeito gramatical e sujeito de enunciação e modifica o grau de adesão do locutor ao que é dito.

3.1 Classes, coerências locais e forçagem

A primeira grande consequência dessa posição aparece na crítica às classificações usuais. O artigo toma como alvo as tentativas de agrupar verbos em classes segundo o tipo de complemento que admitem. O problema não é apenas que os complementos ocupem posições semelhantes sem serem internamente equivalentes a sintagmas nominais, mas que as classes herdadas da Teoria Padrão Estendida produzem, segundo os autores, um esmagamento [*écrasement*] analítico. Gadet, Léon e Pêcheux (1984, p. 28) denunciam que “os critérios postos em evidência para definir A, B, C e D são heterogêneos: A e D só fazem apelo à distinção entre completiva e infinitiva, B e C a ela acrescentam a correferência”. Além disso, “a pertença a uma mesma classe não impede que dois verbos tenham funcionamentos diferentes em função de outros critérios”. A crítica aponta, novamente, para a impossibilidade de uma hierarquização natural dos fatos.

Contra essa imagem, *Remarques* propõe pensar a regularidade não como série hierárquica de propriedades, mas como agrupamento local. Se há ordem, ela deve ser buscada em redes de propriedades e em regiões de coerência local. Gadet, Léon e Pêcheux (1984, p. 31-32) afirmam que “não há critérios naturais permitindo estruturar hierarquicamente os fatos gramaticais, mas há redes de propriedades que se agrupam pontualmente em regiões formando coerência local”. A consequência é importante: a gramática deixa de ser concebida como domínio de essências classificatórias e passa a ser apreendida como espaço de coagulações provisórias, deslocamentos e reagrupamentos. O que conta já não é apenas saber a que classe pertence um verbo, mas em que pontos certas propriedades se mantêm coesas e em que pontos começam a ceder.

É nesse contexto que se introduz a noção de *forçagem*. A forçagem é uma manipulação localizada destinada a fazer um verbo aceitar, em um ponto preciso, uma construção complementar à sua construção reconhecida. Não se trata de uma invenção arbitrária, mas de um procedimento experimental. Os autores (Gadet; Léon; Pêcheux, 1984, p. 34) a definem como “a tentativa, da ordem de uma manipulação gramatical, de fazer aceitar por um verbo uma construção que seja complementar à sua construção reconhecida sobre um ponto preciso”. Ao testar passagem entre completiva e infinitiva, correferência, presença ou ausência de SN₂

e variações de modo, os autores mostram que as construções reconhecidas não formam um sistema perfeitamente estanque: há pontos em que resistem, outros em que cedem e outros ainda em que se reorganizam sob condições determinadas.

A distinção entre saturação gramatical e saturação discursiva fornece a moldura teórica mais precisa para esses resultados. Em Pierre Cadiot (1979), citado pelos autores, a saturação gramatical designa o preenchimento estrito de um lugar aberto por um operador, por exemplo, o complemento exigido pela regência de um verbo, de um nome ou de um adjetivo. É nesse sentido que Cadiot formula a hipótese de que “um segmento POURCOMP não pode saturar gramaticalmente um operador” (Cadiot, 1979, p. 129): um segmento introduzido por “*pour*” não preenche diretamente a valência gramatical do operador, mas intervém secundariamente, quando a construção já se encontra saturada, ou então incide sobre uma sequência mais ampla. Assim, em “*je vais au café pour manger*”, “*au café*” satura gramaticalmente “*aller*”, pois ocupa o lugar de complemento exigido pela regência do verbo, enquanto “*pour manger*” acrescenta uma determinação finalística que não pertence à saturação gramatical estrita de *aller*. Já “*?je vais pour manger*” tenta fazer “*pour manger*” ocupar o lugar do complemento esperado por “*aller*”, o que explica sua dificuldade.

A saturação discursiva designa justamente esse segundo nível: o ponto em que um segmento, sem funcionar como complemento exigido pela regência do operador, comparece, no entanto, como elemento efetivamente posto no enunciado, atual na comunicação, conservando a marca de uma incidência sobre um constituinte mais amplo ou mais alto na hierarquia sintagmática. O interesse dessa distinção está em mostrar que a questão não opõe simplesmente língua e uso, nem reduz o discursivo a um efeito externo acrescentado à gramática. Ela permite descrever casos em que uma construção relativamente estabilizada é deslocada pelo funcionamento efetivo do enunciado, como ocorre no amálgama de duas construções, frequente sobretudo na oralidade. É nesse sentido que Gadet, Léon e Pêcheux retomam essa distinção ao discutir exemplos como *on m’a demandé pour venir travailler à l’usine*. O que importa, então, já não é apenas a regra da construção reconhecida, mas o ponto em que essa regra se mostra insuficiente para dar conta da forma efetivamente produzida.

O exame dos diferentes tipos de forçamento confirma essa hipótese. A passagem entre completiva e infinitiva pode ser favorecida por modais, variações de tempo, negação, advérbios ou passivo, a correferência pode ser restabelecida em certos contextos por pseudo-clivagem, passivização ou coordenação e certas completivas emergem com nitidez particular em condições dialógicas. A importância desses resultados não está na enumeração em si, mas no fato de que eles tornam visível a assimetria dos deslocamentos. Gadet, Léon e Pêcheux (1984, p. 41) concluem que:

[...] todas as forçagens estudadas revelam a importância da enunciação e do diálogo. Eles desenham percursos dissimétricos na desestabilização das propriedades: a passagem da completiva à infinitiva é mais fácil que o percurso inverso, a infinitiva manifestando uma zona de resistência.

A infinitiva aparece, assim, como zona de resistência, e essa resistência passa a ser objeto positivo de descrição. O interesse metodológico da forçamento reside também no fato de que ela não trabalha apenas com sequências marcadamente agramaticais. Muitas vezes, o que está em jogo é uma aceitabilidade marginal, instável ou dependente de condições precisas de encaixe. Com isso, a análise deixa de operar segundo a oposição rígida entre gramatical e agramatical e passa a descrever gradientes de resistência e de acomodação. Esse deslocamento é importante porque aproxima o trabalho do linguista do funcionamento efetivo da língua, sem por isso dissolver a descrição em impressionismo.

Os exemplos empregados pelos autores tornam esse ponto concreto. A tentativa de passar de *“je montre que je travaille”* a *“?je montre travailler”*, ou as manipulações que tornam mais aceitável a correferência em certas completivas por meio de passivização, modalização, mudança aspectual, pseudo-clivagem, coordenação ou incisões, mostram que a aceitabilidade não se distribui segundo uma exclusão binária, simples. Há construções que resistem fortemente, outras que se deixam deslocar sob condições determinadas e outras ainda em que um desfasamento enunciativo favorece a própria possibilidade de forçamento. É justamente para tornar observáveis essas variações que os autores recorrem à forçamento: não para abolir as regularidades da língua, mas para mostrar que elas

se organizam em coerências locais e não segundo uma fronteira abstrata e uniforme entre o possível e o impossível.²²

É por isso que a noção de coerência local tem um alcance que ultrapassa a simples classificação verbal. Ela sugere uma imagem da gramática como campo de tensões e coagulações provisórias, no qual certas propriedades se agrupam momentaneamente sem por isso constituir essências estáveis. Essa imagem se ajusta melhor aos resultados das manipulações do que o modelo de classes homogêneas: em vez de perguntar apenas “a que classe pertence este verbo?”, passa-se a perguntar em que condições estas propriedades permanecem juntas, em que condições se desfazem e que tipo de deslocamento a língua *admite* ou *bloqueia*?

3.2 Ponto específico de báscula, espelhamento e equivocidade

A noção de *ponto específico de báscula* retoma, por outra via, o problema da desestabilização das construções. Se a força explora a possibilidade de deslocar uma construção gramaticalmente estabilizada (isto é, uma construção normalmente admitida pelo funcionamento de certo verbo) para o lugar de outra, o ponto específico de báscula opera de modo diferente: ele consiste em “buscar, a partir de duas construções de um significante único, um ponto de encontro, indecível, fabricando uma ambiguidade” (Gadet; Léon; Pêcheux, 1984, p. 41). A importância dessa noção está em tornar visível que a separação entre construções

²² A noção de força marca um deslocamento importante em relação ao dispositivo da AAD69. Como observa Marandin (1993, p. 160), os domínios semânticos desse dispositivo eram “puros artefatos”, porque sua extensão dependia do ponto de entrada do *corpus* e, com isso, variava também o sistema de relações no interior do qual cada expressão adquiria valor. É precisamente contra esse tipo de construção global e *ad hoc* que se pode reler o procedimento descrito por Gadet, Léon e Pêcheux (1984). Em vez de produzir grandes domínios de equivalência, a força opera sobre pontos determinados da construção, introduzindo um deslocamento local para testar até onde uma propriedade gramatical se mantém, cede ou se reconfigura. Seu interesse não está em estabilizar classes gerais, mas em fazer aparecer “regiões formando coerência local”, com seus “pontos de coagulação” e suas zonas de resistência. Nesse quadro, a descrição deixa de procurar um sistema homogêneo de substituíbilidades e passa a observar percursos localizados de desestabilização. Por isso, a dissimetria é fundamental. Como observam os autores, a passagem da completiva à infinitiva é mais fácil que o trajeto inverso. A força não reconstrói um domínio, ela põe à prova, no interior de uma construção dada, a distribuição desigual das possibilidades de transformação.

nunca é absolutamente impermeável e que pode ser abalada por certas condições gramaticais e discursivas.

Os exemplos de *ponto específico de báscula* com “*comprendre*”, “*promettre*” e “*apprendre*” mostram a diversidade desses pontos de fragilidade. Com “*comprendre*”, a báscula pode ser construída sobre a completiva: em “*je comprends que Paul quitte sa ferme*”, a forma “*quitte*” permite fazer oscilar a interpretação entre “compreendo/constato que Paul deixa sua fazenda” e “admito/acho compreensível que Paul deixe sua fazenda”, uma vez que a diferença entre indicativo e subjuntivo não se marca formalmente na superfície. Com “*promettre*”, o problema se desloca para a distribuição da correferência: em “*Pierre promet à Paul de partir*”, o sujeito reconstruído de “*partir*” é “*Pierre*”, ao passo que, em uma construção formalmente próxima como “*Pierre permet à Paul de partir*”, o sujeito reconstruído é “*Paul*”.

Nos exemplos com o verbo “*apprendre*”, finalmente, Gadet, Léon e Pêcheux (1984, p. 44) mostram que a construção de um PEB depende de “uma espécie de astúcia [*ruse*] discursiva”. No caso de “*apprendre*”, essa astúcia consiste em fazer trabalhar, sob um mesmo significante, funcionamentos distintos do verbo, sem que seja necessário decidir previamente se estamos diante de um caso de homonímia ou de polissemia. Ora, nenhum PEB pode ser construído sobre a completiva. No caso de *apprendre*, a construção com completiva não é o lugar em que se pode produzir a báscula entre os funcionamentos “aprender” e “ensinar”. Esse ponto só aparece na infinitiva, mais precisamente entre “*j’apprends à nager*” e “*j’apprends à Paul à nager*”, porque é ali que a presença ou o apagamento de SN₂ afeta a correferência e torna possível a oscilação interpretativa.

Na infinitiva, o ponto de báscula só se torna pensável entre “*j’apprends à nager*” e “*j’apprends à Paul à nager*”, isto é, no ponto em que a presença, o apagamento ou a recuperação contextual de SN₂ afeta a correferência e a interpretação. É por isso que uma formulação como “*la police apprend à nager*” melhora a aceitabilidade da sequência: ela permite fazer oscilar a leitura entre o aprendizado da natação pelos policiais, a ação de ensinar alguém a nadar ou ainda um emprego metafórico de *nager*.

A importância heurística do exemplo reside, portanto, no fato de que o PEB não é uma propriedade lexical estável nem uma ambiguidade dada de antemão.

Trata-se de um dispositivo do linguista que produz uma zona de indistinção ali onde havia distinção, fazendo encontrar, sob um mesmo significante, funcionamentos que a descrição gramatical tenderia a separar. A balança não remete, assim, a uma desordem generalizada da língua, mas a pontos localizáveis de fragilidade da estabilidade gramatical, nos quais a separação estanque entre construções e, portanto, entre sentidos, pode ser abalada por uma “colocação em situação” [*mise en situation*]. O equívoco aparece, nesse quadro, não como indeterminação absoluta, mas como efeito produzido entre estabilização, desestabilização e espelhamento das formas.

Essa linha de análise culmina na noção de *espelhamento*. Ao introduzi-la, Gadet, Léon e Pêcheux (1984, p. 45) formulam uma tese decisiva para toda a discussão da paráfrase: “a interpretação de dois enunciados parafrásticos supõe sempre ao menos um ξ de diferença de sentido: esse ξ , nós o chamaremos de espelhamento sintático”.²³ O que essa formulação exclui é a possibilidade de pensar a paráfrase como identidade semântica plena entre enunciados formalmente distintos. Mesmo quando duas construções podem ser tomadas como parafrásticas, sua interpretação nunca coincide por completo, porque entre elas subsiste sempre uma diferença mínima, mas irreduzível. É precisamente essa diferença que as manipulações gramaticais permitem pôr em evidência: elas não servem para provar que duas formas dizem exatamente a mesma coisa, mas para mostrar em que ponto e sob que condições uma construção se aproxima de outra sem jamais se confundir com ela.

É nesse sentido que a seção sobre os encadeamentos tem função central. Os autores afirmam que o espelhamento, “de ordem semântica, pode ser sublinhado através de diversas manipulações gramaticais destinadas a aprofundar a diferença [*creuser l'écart*] entre os dois enunciados” (Gadet; Léon; Pêcheux, 1984, p. 45). O verbo é importante: trata-se de *aprofundar* a diferença, em um sentido quase arqueológico, *escavando-a*, isto é, tornando mais visível uma diferença que já está lá, e não de introduzir artificialmente uma distinção que não existiria previamente à prática do linguista. Quando os autores analisam os encadeamentos com “*puisque*” [já que], mostram justamente isso: a completiva e a infinitiva não são

²³ A letra grega ξ , chamada “xi” (também transliterada como “ksi”), é empregada aqui como notação do diferencial mínimo de sentido que subsiste entre dois enunciados parafrásticos.

equivalentes, porque a primeira produz um efeito próprio que entra em tensão com a orientação argumentativa do enunciado. Por isso, ao comentar esse contraste, observam que “o efeito de independência do objeto de pensamento é, em (84’), contraditório com a expectativa provocada por *puisque*” (Gadet; Léon; Pêcheux, 1984, p. 45).²⁴ O ponto é bastante claro: a diferença entre as construções não está apenas na forma visível, mas no modo como cada uma recorta e apresenta o objeto de pensamento em sua relação com a matriz.

A mesma hipótese reaparece na seção dedicada ao SN₂. Ali, o espelhamento deixa de ser descrito apenas em termos de encadeamento argumentativo e passa a ser observado na redistribuição das posições enunciativas e sintáticas. Nos exemplos com “*autoriser*” [autorizar], os autores mostram que enunciados próximos mantêm entre si uma diferença necessária de sentido, porque não distribuem da mesma maneira os actantes, o objeto de pensamento e o valor performativo do enunciado. Assim, embora enunciados como “*j’autorise que Paul parte*”, “*j’autorise Paul à partir*”, e “*j’autorise Paul à ce qu’il parte*” remetam-se ao mesmo núcleo temático, eles não o fazem do mesmo modo. A mudança de construção altera a posição de “*Paul*”, modifica o modo de inscrição do processo subordinado e afeta inclusive a força performativa do enunciado. O espelhamento designa justamente esse regime de proximidade sem coincidência. Há, evidentemente, relação parafrástica, mas essa relação é sempre atravessada por um resto diferencial que impede a redução de uma construção à outra.

Essa análise se prolonga, por fim, na noção de espelhamento lexical. Depois de mostrar que uma construção pode remeter a outra sem com ela coincidir, Gadet,

24 O exemplo (84), em *Remarques*, é construído pelos autores para testar a diferença de funcionamento entre infinitiva e completiva por meio do operador argumentativo *puisque* (“já que”, “uma vez que”), que introduz uma relação de causalidade ou justificação entre o fato enunciado na oração subordinada e o conteúdo da oração principal. Os autores apresentam as duas variantes: “(84) *puisque’il s’est acheté des chaussures, je pense lui avoir remboursé 1000 F*” e “(84’) *puisque’il s’est acheté des chaussures, je pense que je lui ai remboursé 1000 F*”. Os autores observam que todos os locutores interrogados preferiram a forma infinitiva (84) à completiva (84’). A razão é que, na infinitiva, o conteúdo “*lui avoir remboursé*” aparece mais estreitamente vinculado ao sujeito da enunciação, mantendo-se aderido ao seu ato de dizer. Na completiva, ao contrário, a conjunção “*que*” autonomiza o conteúdo encaixado, destacando-o como objeto de pensamento relativamente independente. O “*puisque*” cria uma expectativa de causalidade que exige que o conteúdo da oração principal seja apresentado como um fato assumido pelo locutor sem distanciamento. A completiva, ao introduzir um efeito de independência do objeto de pensamento, entra em contradição com essa expectativa, sugerindo um desdobramento entre locutor e conteúdo incompatível com a força justificativa do “*puisque*”. A infinitiva, ao manter o conteúdo mais estreitamente ligado ao sujeito da enunciação, não produz esse descompasso.

Léon e Pêcheux indicam que esse jogo sintático envolve também séries lexicais: certos verbos funcionam como pontos de apoio, contraste ou resistência para outros, contribuindo para determinar o valor da forma analisada. O problema, portanto, não é apenas comparar esquemas como completiva e infinitiva, ou sequências do tipo *supposer que P* e *supposer Vinf*. É preciso observar que a análise dessas construções faz aparecer redes de verbos que se aproximam, se diferenciam e se substituem apenas parcialmente ou resistem à substituição. O exemplo de *supposer* é particularmente esclarecedor: os autores comparam “*je suppose que j’y arriverai*” [“suponho que conseguirei chegar lá”] e “*je suppose y arriver*” [“suponho conseguir chegar lá”]. Em princípio, “*supposer*” selecionaria preferencialmente a completiva. A infinitiva, portanto, resulta de uma operação de força. Mas essa força se torna relativamente disponível porque “*penser*”, verbo que admite com mais naturalidade as duas construções “*je pense que j’y arriverai*” e “*je pense y arriver*” se impõe “por trás” de “*supposer*”. É nesse sentido que se pode falar em “verbo sob o verbo”: não porque “*penser*” seja sinônimo de “*supposer*”, mas porque seu comportamento construcional torna mais acessível o deslocamento de “*supposer*” para uma infinitiva.

O mesmo vale, em outro plano, para certos verbos de enunciação. Verbos como “*raconter*”, “*répondre*”, “*répliquer*” ou “*révéler*” podem ter sua passagem à infinitiva facilitada quando um declarativo mais geral, como “*dire*”, funciona “por trás” deles. A relação não é de identidade lexical, mas de apoio diferencial: “*dire*” não substitui simplesmente “*raconter*”, “*répondre*”, “*répliquer*” ou “*révéler*”; ele constitui uma espécie de base declarativa a partir da qual certas possibilidades de construção se tornam mais visíveis. É nesse ponto que Gadet, Léon e Pêcheux escrevem: “assim se traça uma rede de ‘verbo sob o verbo’, que contribui para determinar o sentido de uma forma” (Gadet; Léon; Pêcheux, 1984, p. 47). Quando acrescentam que “o espelhamento sintático, concebido como ‘uma construção sob uma outra’, é, portanto, duplicado por um espelhamento lexical, sob a forma de ‘uma palavra sob uma outra’” (Gadet; Léon; Pêcheux, 1984, p. 47), eles mostram que o valor de uma construção não depende apenas de seu esquema sintático explícito, nem de uma equivalência parafrástica previamente dada. Ele depende também das séries lexicais que a construção convoca, das relações de vizinhança e contraste entre verbos, bem como das possibilidades de substituição, bloqueio ou

forçagem que essas séries tornam disponíveis no funcionamento da língua. Assim, “uma palavra sob uma outra” não designa um sentido lexical profundo oculto sob a superfície sintática, mas o modo como uma unidade lexical comparece atravessada por outras unidades que a sustentam, deslocam ou limitam. O espelhamento lexical, portanto, não acrescenta simplesmente uma dimensão lexical ao espelhamento sintático; ele mostra que a produção do sentido se dá na articulação entre construção, léxico e possibilidade de deslocamento.²⁵

O exemplo de “*supposer*” [supor] é bastante esclarecedor. Os autores observam que, em princípio, “*supposer*” seleciona a construção completiva, mas que a passagem à infinitiva se deixa produzir com relativa facilidade. E explicam esse fato dizendo que a forçagem é favorecida pela maneira como “*penser*” [pensar], verbo semanticamente próximo e compatível com as duas construções, “se impõe por trás [*derrière*] de *supposer*” (Gadet; Léon; Pêcheux, 1984, p. 47). O argumento, porém, não é psicologista nem impressionista. Não se trata de dizer que um verbo “lembra” outro de maneira vaga, mas de mostrar que a língua funciona por redes de vizinhança e limitação recíproca. Por isso, logo em seguida, os autores insistem que a mobilidade da construção não decorre simplesmente do “verbo sob o verbo”. Ela se explica pelo fato de que a produção do sentido na língua

25 Convém situar essa formulação no deslocamento da Análise de Discurso francesa no início dos anos 1980. O “espelhamento lexical” não acrescenta simplesmente uma dimensão lexical ao espelhamento sintático. Ele indica uma mudança nada negligenciável no estatuto do léxico e, sobretudo, no lugar da paráfrase. Se, no dispositivo inaugural da AAD69, a paráfrase ainda operava fortemente como princípio de equivalência e de substituíbilidade na constituição dos domínios semânticos, nos trabalhos dos anos 1980 ela passa a funcionar antes como instrumento diferencial: não se trata apenas de reunir formas sob uma mesma classe de sentido, mas de observar o resto que subsiste quando duas formas parecem próximas sem, contudo, coincidirem. É nesse quadro que o léxico deixa de ser concebido como “inventário de unidades” portadoras de sentido *a priori* e passa a funcionar como rede de relações, vizinhanças, contrastes e bloqueios. Em *Remarques*, isso aparece quando verbos semanticamente próximos não apresentam o mesmo comportamento sintático e quando um verbo, como “*penser*”, pode operar “sob” outro, como “*supposer*”, tornando mais disponível certa forçagem construcional (Gadet; Léon; Pêcheux, 1984, p. 47). Essa leitura é coerente com a proposta de uma “morfologia discursiva”, na qual a descrição não se limita às classes de equivalência paradigmática, mas considera simultaneamente propriedades paradigmáticas e sintagmáticas das sequências discursivas (Léon; Marandin, 1981). Também se articula à concepção segundo a qual palavras e enunciados podem funcionar como nós de redes intratextuais e interdiscursivas, não restritas aos limites da frase (Lecomte; Léon; Marandin, 1984). Assim, “uma palavra sob uma outra” não designa um sentido lexical profundo oculto sob a superfície sintática, mas o modo como uma unidade lexical comparece atravessada por séries que a convocam, sustentam, bloqueiam ou deslocam. Retrospectivamente, Marandin (1993) permite formular esse deslocamento como passagem de uma lógica centrada nos domínios semânticos para uma atenção mais ampla às formas de encadeamento, conexidade, anáfora, tematização e heterogeneidade dos planos de articulação entre forma e sentido.

convoca sempre outros enunciados e outras possibilidades de formulação. O espelhamento lexical designa precisamente essa espessura da materialidade linguística: uma forma nunca vale sozinha, porque seu sentido se produz também na relação com outras formas possíveis que ela chama, desloca ou recalca.

Remarques permite ver com nitidez que a questão decisiva não é classificar construções, mas determinar em que condições uma diferença formal se torna linguisticamente pertinente. Com isso, a descrição deixa de procurar um quadro estável de correspondências e passa a trabalhar no ponto em que *a estabilidade precisa ser descrita*. Não se trata, portanto, de acrescentar a enunciação à gramática como um nível suplementar, mas de reconhecer que, para certos fenômenos, a própria descrição gramatical só se sustenta quando inclui o desnível entre forma, sentido e posição enunciativa.

A partir daí, o que está em jogo ultrapassa o artigo de 1984 tomado isoladamente. Trata-se de compreender que, ao final da obra de Pêcheux, a atenção à língua não se enfraquece diante do equívoco, mas encontra nele uma de suas condições decisivas de inteligibilidade.

Considerações finais: por uma semântica do desvio

A leitura conjunta dos textos de 1984 permite concluir que a obra tardia de Pêcheux não se define por um abandono da formalização, mas por seu deslocamento. O que se formaliza não é uma língua idealmente transparente nem um sistema de equivalências puramente lógico-semânticas, mas os próprios pontos em que a língua resiste à estabilização: a heterogeneidade dos fatos gramaticais, a autonomia relativa do objeto de pensamento, a diferença mínima entre construções próximas, a instabilidade dos efeitos de sentido. A formalização deixa, assim, de valer como promessa de transparência e passa a funcionar como instrumento de exposição da opacidade da língua. Como afirmam Gadet, Léon e Pêcheux (1984, p. 25), a língua é um “sistema de regularidades” que só pode ser apreendido pelas “possibilidades de desestabilização, de deslocamento de construções no uso em discurso”.

Por isso, a articulação entre gramática, lógica e discurso formulada nesses textos não deve ser entendida como simples justaposição de níveis heterogêneos.

O que está em jogo é uma reconfiguração do próprio trabalho teórico: a lógica deixa de funcionar como instância última de transparência, a gramática deixa de ser simples inventário de construções e a Análise de Discurso encontra, na descrição da materialidade linguística, um ponto decisivo para afastar qualquer leitura do enunciado como mero veículo de conteúdos subjacentes. Cada uma dessas dimensões só se torna inteligível quando recolocada em relação às demais.

Esse deslocamento atinge simultaneamente a gramática, a lógica e a Análise de Discurso. A gramática aparece como terreno de luta teórica, e não como exterior da Análise de Discurso. A lógica aparece como campo de problemas que a completiva torna visíveis e não como instância soberana de encerramento do sentido. A Análise de Discurso, por sua vez, reencontra na língua sua ancoragem teórica e heurística mais consequente. Esse arranjo impede que a interpretação seja concebida como a simples projeção de um saber exterior sobre o enunciado e a define, antes, como um trabalho sobre a própria materialidade das construções, sobre seus deslocamentos, suas assimetrias e seus pontos de resistência.

Também por isso esses textos não autorizam que a Análise de Discurso seja pensada nem como simples extensão da linguística nem como uma hermenêutica sem ancoragem formal. O que eles tornam visível é um trabalho no interior da língua. É nas formas materiais, nas assimetrias entre construções, nas diferenças mínimas e nos efeitos de encaixe que se elaboram objetos de pensamento, cenas de enunciação e regimes de interpretação. A sintaxe não constitui, aqui, uma oposição ao discurso, mas um de seus lugares decisivos de emergência.

Esses textos podem ser tomados como índice de uma retificação interna da Análise de Discurso no início dos anos 1980, momento em que Pêcheux passa a enfrentar mais diretamente as questões da enunciação, do ato, da interpretação e dos universos práticos em que os enunciados funcionam, sem por isso aderir a uma pragmática psicologizante ou a uma filosofia da linguagem centrada no sujeito intencional. Ao contrário, tais questões são deslocadas para o interior de uma problemática materialista da língua e do discurso: a situação não aparece como exterior empírico que explicaria o sentido, mas como o espaço em que se estabilizam provisoriamente derivas, posições enunciativas e valores pragmáticos inscritos na materialidade das formas linguísticas. É nesse quadro que se deve compreender o acerto de contas com a filosofia da linguagem ordinária.

No manifesto autocrítico intitulado “Sur la (dé-)construction des théories linguistiques”, Pêcheux (1982a) reconhece que os estruturalismos (incluindo-se aí também a tradição francesa da Análise de Discurso) haviam negligenciado quase completamente as pesquisas anglo-saxônicas sobre a linguagem ordinária, a análise das conversações e os acontecimentos discursivos cotidianos, sob o pretexto de que os trabalhos desenvolvidos na senda de J. L. Austin permaneceriam indiferentes ao inconsciente e à história. Ora, o gesto decisivo não consiste em aceitar essa exclusão, mas em suspendê-la. Ao evocar *Le scandale du corps parlant*, de Shoshana Felman (1980), Pêcheux indica que a teoria dos atos de linguagem pode ser relida a partir de Freud e Lacan, isto é, fora da evidência de um sujeito mestre de si, plenamente responsável por suas escolhas. A menção à obra de Felman funciona, no quadro dessa autocrítica, como indício de um acerto de contas teórico: sua leitura permite retomar o performativo, o ato, o corpo falante e o ordinário do sentido sem reconduzi-los à psicologia da intenção, isto é, sem fazer do sujeito consciente a origem, a garantia ou a medida última da significação.

Tomados em conjunto, esses resultados sugerem ainda uma via produtiva para a própria descrição linguística: a de pensar a regularidade não como fixidez, mas como estabilização sempre local e tensionada. A contribuição de Pêcheux, Gadet e Léon consiste justamente em mostrar que a análise se torna mais rigorosa quando leva a sério as zonas de resistência, os pontos de báscula e os restos diferenciais que impedem a equivalência perfeita entre construções próximas.

A reflexão de Michel Pêcheux sobre a enunciação percorre, nesse quadro, um arco que vai da ausência relativa à centralidade operacional, acompanhando as transformações da Análise de Discurso francesa entre os anos 1970 e 1984. Nos textos programáticos do início da década, a enunciação ainda não aparece nomeada como tal, mas já se insinua como aquilo que a linguística estrutural não consegue tratar. Em “Langue, ‘langages’, discours” (1971), Pêcheux observa que a semântica, diferentemente da fonologia e da sintaxe, não pode ser descrita autonomamente para uma língua particular, pois precisa “ir buscar” seu concreto em outras disciplinas, como a sociologia, a psicologia e a história. É apenas com a crítica retrospectiva da AAD69, em 1982, que essa ausência se torna explícita. Pêcheux afirma que “a enunciação permanece fora do campo da AAD69” (Pêcheux

et al., 1982, p. 117) e que os domínios semânticos produzidos pelo método só podem ser interpretados pela “tomada em consideração generalizada de todas as modalidades enunciativas” (Pêcheux *et al.*, 1982, p. 117). A nova versão do método, AAD80, propõe então tratar a enunciação no âmbito dos “algoritmos horizontais”, concebidos como um “estudo da enunciação entendida como sistema de lugares para sujeitos” (Pêcheux *et al.*, 1982, p. 115).²⁶

É, no entanto, nos textos de 1984 que a enunciação deixa de figurar como problema apenas programático e passa a constituir um princípio efetivo de descrição. Esse deslocamento é decisivo porque permite tratar, no interior da própria análise gramatical, diferenças que antes tenderiam a ser remetidas a um exterior semântico ou pragmático. A enunciação passa então a designar não uma instância suplementar acrescentada à descrição, mas aquilo que torna descritíveis, na materialidade da língua, o desdobramento do sujeito, a distribuição dos pontos de vista e a autonomia variável do conteúdo encaixado. Sob esse aspecto, os textos de 1984 marcam um ponto de inflexão importante: neles, a gramática já não fornece apenas o suporte formal da análise, mas o espaço em que se tornam descritíveis os deslocamentos enunciativos que interessam à Análise de Discurso.

Essa reconfiguração tem ainda consequências epistemológicas que excedem o problema específico das completivas. Ao insistir em que não há critérios naturais para organizar os fatos gramaticais e em que toda descrição mobiliza uma posição teórica implícita, Pêcheux recoloca a linguística diante de uma questão que a tradição frequentemente neutralizou: a da produção de seus próprios objetos. O exemplo, o teste, a classificação e a aceitabilidade deixam de aparecer como

²⁶ A referência aos “algoritmos horizontais” inscreve-se no programa de renovação metodológica do início dos anos 1980, particularmente no âmbito da RCP 676, “Analyse du discours et lecture d’archives”, coordenada por Michel Pêcheux. Na apresentação crítica da AAD69, Pêcheux, Léon, Bonnafous e Marandin (Pêcheux *et al.*, 1982) propõem distinguir dois espaços complementares: um espaço vertical, ligado à dimensão histórica do discurso, e um espaço horizontal, ligado ao “fio do discurso” e à sequência discursiva ela mesma, na qual todo enunciado é apreendido em relação a um sistema de lugares enunciativos. Em 1983, o programa é explicitado em termos de algoritmos sintagmáticos que devem fornecer o quadro de um “estudo da enunciação entendida como sistema de lugares para sujeitos”, articulando sequencialidade, objetos discursivos e fenômenos enunciativos. É nesse contexto que o sistema DEREDEC adquire importância. Como mostra Pierre Plante (1979; 1983), ele permitia associar descrições paradigmáticas e sintagmáticas aos elementos do texto, fazer funcionar uma “gramática descritiva de texto” e programar “modelos de exploração” para o tratamento de *corpora* discursivos. Lida retrospectivamente, essa reorientação marca a passagem de uma análise centrada na construção de domínios semânticos para uma atenção mais forte à sequencialidade, à conexidade textual e à enunciação.

instrumentos neutros e passam a ser interrogados como operações situadas. Nesse aspecto, o trabalho sobre as completivas e infinitivas vale como caso exemplar de uma crítica mais ampla das evidências descritivas. Crítica, aliás, profundamente alinhada a um movimento mais amplo da linguística francesa em direção à enunciação e à construção formal dos observáveis.

Sem que se trate de afirmar uma filiação direta, a aproximação com Antoine Culioli merece ser lembrada: também em sua linguística da enunciação, a forma linguística não é tomada como simples superfície de expressão de um conteúdo previamente constituído, mas como marca de operações que precisam ser reconstruídas por uma metalinguagem formal (Culioli, 1990, 1999a, 1999b). A diferença, contudo, é decisiva. Se em Culioli, a formalização visa descrever operações de *repérage*, validação e constituição dos valores referenciais, em Pêcheux, Gadet e Léon, ela se desloca para os pontos em que as regularidades da língua devem ser abordadas pelas “possibilidades de desestabilização, de deslocamento de construções no uso em discurso, com as eventualidades de equívoco” (Gadet; Léon; Pêcheux, 1984, p. 25). Em ambos os casos, porém, trata-se de reinscrever a enunciação no trabalho formal sobre a língua, recusando tanto a transparência logicista quanto a redução empírica do enunciado a simples dado observável.

Por isso, a importância desses textos ultrapassa largamente seu lugar na cronologia da obra de Pêcheux. O que se formula neles não é apenas uma inflexão interna à Análise de Discurso, mas uma maneira mais exigente de situar a relação entre descrição e interpretação dos fatos de língua. Seu alcance está em mostrar que o equívoco não sobrevém a uma língua previamente estabilizada como acidente externo, mas comparece no próprio funcionamento das construções, nos pontos em que a equivalência vacila, a classificação cede e a forma deixa aparecer sua heterogeneidade. É também nesse sentido que a formalização encontra aí sua função mais forte: não a de garantir a transparência da língua, mas a de circunscrever com rigor os lugares em que ela resiste à estabilização.

É nesse ponto que se pode falar, sem a pretensão de instituir um novo domínio disciplinar, em uma *semântica do desvio*. A expressão não designa uma semântica da indeterminação generalizada, nem uma celebração do equívoco como abertura ilimitada do sentido. Designa, antes, um modo de descrição que

toma o desvio como operador *positivo* de análise: não parte de conteúdos estabilizados para reencontrar neles uma forma equivalente, mas das diferenças formais, dos deslocamentos construídos, das assimetrias de encaixe, das básculas interpretativas e dos restos diferenciais que fazem vacilar a equivalência entre construções próximas. Nesse sentido, a *forçagem*, o ponto específico de *báscula*, o *espelhamento* e a *dessaturação* não são apenas procedimentos auxiliares. Eles constituem os operadores de uma semântica que descreve o sentido no ponto em que a regularidade se desloca, isto é, no ponto em que uma forma deixa aparecer aquilo que não estava previamente calculado por sua classificação, por sua paráfrase ou por sua estabilização lógica. Uma semântica do desvio é, portanto, uma semântica materialista da emergência local do sentido: ela não abandona a regularidade, mas a interroga a partir dos pontos em que essa regularidade se produz, falha, se reconfigura e passa a significar de outro modo.

Visto retrospectivamente, o núcleo comum dos dois textos talvez possa ser formulado assim: a descrição torna-se mais rigorosa quando deixa de tomar a estabilidade por evidência e passa a trabalhar com os modos de sua produção. No *Matériel*, isso aparece na crítica à naturalização dos fatos gramaticais, na releitura da saturação e na distinção entre regimes de interpretação. Em *Remarques*, reaparece na crítica das classes, na *forçagem*, na *báscula* e no *espelhamento*. Em ambos os casos, não se trata de dissolver a descrição no discurso (e nem o contrário), mas de mostrar que ela só se torna teoricamente consequente quando inclui os pontos em que a língua se desestabiliza. É justamente aí que a formalização encontra, simultaneamente, sua *necessidade* e seu *limite*: ela importa mais por tornar visível o lugar em que a língua vacila, isto é, o ponto em que *algo resiste* à estabilização formal, do que por “estabilizá-la”.

Todo esse percurso permite, por fim, relativizar a leitura segundo a qual os textos dos anos 1980 assinalariam um abandono ou afastamento da problemática althusseriana que marcara decisivamente as produções de Pêcheux na década de 1970. Essa leitura, embora recorrente, simplifica tanto o movimento da obra de Pêcheux quanto a de Althusser. Em “*Délimitations, retournements et déplacements*” (Pêcheux, 1982b), também publicado na década de 1980, Pêcheux mostra que a ideologia não se acrescenta exteriormente à língua como um “conteúdo político” já constituído, mas se inscreve no próprio modo como toda

língua se relaciona, por sua compleição formal, com o ausente, o invisível, o irrealizado e o impossível: a negação, o hipotético, as modalidades do desejo, os jogos temporais, o imperativo, o infinitivo e as posições pronominais fazem trabalhar, no interior da língua, o “não-aí”, o “não-mais-aí”, o “ainda-não-aí” e o “jamais-aí” da percepção imediata.

No mesmo movimento, Pêcheux recusa a imagem segundo a qual o *novo* estaria contido em germe nas ideologias dominadas, como promessa de um desenvolvimento orgânico já prefigurado. Contra essa concepção, ele insiste que as ideologias dominadas se formam sob a dominação ideológica e contra ela, isto é, não como exterioridade pura, mas como deslocamento interno, atravessado por fronteiras móveis, falhas, irrealizados e pontos de resistência. Essa recusa de uma gênese teleológica encontra forte ressonância no materialismo althusseriano, para o qual não há anterioridade do Sentido, da Causa ou do Fim: há encontros contingentes que podem ou não “pegar”, e é apenas a partir dessa “pega” que se instauram retrospectivamente regularidades, necessidades e formas.²⁷

Lidos nesse horizonte, os textos de 1984 não representam um recuo, mas a transposição dessa questão para o interior da materialidade linguística. Operações como *forçagem*, *ponto específico de báscula*, *espelhamento* e *dessaturação* descrevem justamente os pontos em que uma construção estabilizada pode ser deslocada, em que uma interpretação “normal” pode bascular e liberar retrospectivamente outro sentido, e em que a língua faz surgir, no interior de suas regularidades, aquilo que não estava previamente calculado por elas. Assim, a aproximação com Althusser (ou, de modo ainda mais amplo, com uma tomada de posição materialista) não deve ser buscada apenas na permanência do vocabulário da ideologia ou da interpelação, mas, mais profundamente, na crítica comum à *teleologia do sentido*: em ambos, o novo não advém como atualização de uma origem, de uma causa ou de uma forma já dada, mas como *resultado de um desvio*

27 Em Althusser (2005 [1982]), “pega” [*prise*] designa o momento em que um encontro contingente passa a durar, produzindo uma configuração relativamente estável. A “pega” não elimina a contingência do encontro. Pelo contrário, ela é aquilo por meio do qual uma contingência, ao durar, passa a produzir *retrospectivamente* forma, regularidade, necessidade e sentido.

que, ao encontrar condições de duração e de “pega”, produz retrospectivamente suas próprias formas de regularidade.²⁸

Referências

ALTHUSSER, Louis. A corrente subterrânea do materialismo do encontro (1982). *Crítica Marxista*, São Paulo, n. 20, p. 9-48, 2005.

BARBOSA FILHO, Fábio Ramos. Metáfora e acaso. In: BARBOSA FILHO, Fábio Ramos. *O que é análise de discurso?* Porto Alegre: CirKula, 2025, p. 121-167.

CADIOT, Pierre. Saturation grammaticale et saturation discursive: remarques sur quelques emplois de pour. *DRLAV - Documentation et recherche en linguistique allemande contemporain - Vincennes*, Vincennes, n. 21, p. 128-134, 1979.

CULIOLI, Antoine. La formalisation en linguistique. *Cahiers pour l'analyse*, Paris, n. 9, p. 106-117, 1968.

CULIOLI, Antoine. *Pour une linguistique de l'énonciation: opérations et représentations*. Tome 1. Paris: Ophrys, 1990.

CULIOLI, Antoine. *Pour une linguistique de l'énonciation: formalisation et opérations de repérage*. Tome 2. Paris: Ophrys, 1999a.

CULIOLI, Antoine. *Pour une linguistique de l'énonciation: domaine notionnel*. Tome 3. Paris: Ophrys, 1999b.

FELMAN, Shoshana. *Le scandale du corps parlant: Don Juan avec Austin ou la séduction en deux langues*. Paris: Éditions du Seuil, 1980

FREGE, Gottlob. Função e conceito. In: FREGE, Gottlob. *Lógica e filosofia da linguagem*. Tradução de Paulo Alcoforado. São Paulo: Editora 34, 2009. p. 61-86.

FREGE, Gottlob. Sobre o sentido e a referência. In: FREGE, Gottlob. *Lógica e filosofia da linguagem*. Tradução de Paulo Alcoforado. São Paulo: Editora 34, 2009. p. 129-158.

GADET, Françoise; LÉON, Jacqueline; PÊCHEUX, Michel. Remarques sur la stabilité d'une construction linguistique: la complétive. *Linx*, Paris, n. 10, p. 23-50, 1984.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. Y a-t-il une voie pour la linguistique hors du logicisme et du sociologisme? *Équivalences*, Bruxelles, 8. année, n. 2-3, p. 133-146, 1977.

²⁸ Tentei desenvolver uma reflexão sobre as relações entre Pêcheux e o materialismo aleatório de Althusser em “Metáfora e acaso” (Barbosa Filho, 2025).

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. *La langue introuvable*. Paris: François Maspero, 1981.

HENRY, Paul. Constructions relatives et articulations discursives. *Langages*, Paris, 9e année, n. 37, p. 81-98, 1975.

HENRY, Paul. *Le mauvais outil: langue, sujet et discours*. Paris: Klincksieck, 1977.

HENRY, Paul. Wittgenstein et la double-négation. In: CONEIN, Bernard; COURTINE, Jean-Jacques; GADET, Françoise; MARANDIN, Jean-Marie; PÊCHEUX, Michel (org.). *Matérialités discursives*. Lille: Presses Universitaires de Lille, 1981. p. 103-114.

MARANDIN, Jean-Marie. Problèmes d'analyse du discours: essai de description du discours français sur la Chine. *Langages*, Paris, 12e année, n. 55, p. 17-88, 1979.

MARANDIN, Jean-Marie. Mais qu'est-ce que Socrate a au juste à voir avec la sagesse? *Linx*, Paris, n. 10, p. 51-55, 1984.

MARANDIN, Jean-Marie. Syntaxe, discours: du point de vue de l'analyse du discours. *Histoire Épistémologie Langage*, Paris, t. 15, fasc. 2, p. 155-177, 1993.

MILNER, Jean-Claude. La constitution du fait en Linguistique. In: ACHARD, Pierre; GRUENAI, Max-Peter; JAULIN, Dolores (dir.). *Histoire et linguistique*. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1984. p. 177-190.

PÊCHEUX, Michel. Langue, "langages", discours. *L'Humanité*, "Spéciale Idées", p. 8, 15 oct. 1971.

PÊCHEUX, Michel. Effets discursifs liés au fonctionnement des relatives en français. In: MALDIDIER, Denise (org.). *L'inquiétude du discours: textes de Michel Pêcheux choisis et présentés par Denise Maldidier*. Paris: Éditions des Cendres, 1990. p. 273-280.

PÊCHEUX, Michel. Sur la (dé-)construction des théories linguistiques. *Documentation et recherche en linguistique allemande contemporain* - Vincennes, n. 27, p. 1-24, 1982a.

PÊCHEUX, Michel. Délimitations, retournements et déplacements. *L'Homme et la société*, Paris, n. 63-64, p. 53-69, 1982b.

PÊCHEUX, Michel. Matériel en vue de l'article "Complétives, Infinitifs, Infinitives". *Linx*, Paris, n. 10, p. 7-22, 1984.

PÊCHEUX, Michel; GADET, Françoise. La langue introuvable. [Entretien]. *Canadian Journal of Political and Social Theory*, Montreal, v. 15, n. 1-3, 1983.

PÊCHEUX, Michel; LÉON, Jacqueline; BONNAFOUS, Simone; MARANDIN, Jean-Marie. Présentation de l'analyse automatique du discours (AAD69): théories, procédures, résultats, perspectives. *Mots*, Paris, n. 4, p. 95-123, 1982.

PLANTE, Pierre. Le système de programmation DÉREDEC. *Mots*, Paris, n. 6, p. 101-134, mar. 1983.

PLANTE, Pierre. *Le DÉREDEC, logiciel pour le traitement linguistique et l'analyse du contenu des textes*. 1979. Thèse – Trois-Rivières, Université du Québec à Trois-Rivières, 1979.

[Artigo recebido em 20 de fevereiro de 2026 e aceito em 04 de maio de 2026.]

DOI: 10.22456/2236-6385.154324